



Universidade de Brasília
Faculdade de Educação

**Legislação da Educação Especial na
perspectiva inclusiva: concepções de
professores e alunos da Faculdade de Educação
da Universidade de Brasília**

Autora: Maristela de Freitas Sartori
Orientadora: Dra. Cristina Massot Madeira Coelho

Brasília
2013



Universidade de Brasília
Faculdade de Educação

**Legislação da Educação Especial na perspectiva inclusiva:
concepções de professores e alunos da Faculdade de Educação
da Universidade de Brasília**

Maristela de Freitas Sartori

Trabalho Final de Curso apresentado
como requisito parcial para obtenção
do título de Licenciado em Pedagogia
à Comissão Examinadora da
Faculdade de Educação da
Universidade de Brasília, sob a
orientação da professora Dra.
Cristina Massot Madeira Coelho.

Brasília
2013



Monografia de autoria de Maristela de Freitas Sartori, intitulada “**Legislação da Educação Especial na perspectiva inclusiva: concepções de professores e alunos da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília**”, apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia da Universidade Brasília, em 19/02/2013, defendida e aprovada pela banca examinadora abaixo assinalada:

Professora Dra. Cristina Massot Madeira Coelho – Orientadora
Faculdade de Educação, Universidade Brasília

Professora Dra. Fátima Lucília Vidal Rodrigues – Examinadora
Faculdade de Educação, Universidade de Brasília

Professor Dr. Cleyton Hércules Contijo – Examinador
Faculdade de Educação, Universidade de Brasília

Aos meus pais, meus primeiros mestres.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, que enche minha vida de bênçãos, me socorre nos apuros, me consola na dor. Alegra-se com minha alegria. Aquele que me proporcionou a família maravilhosa que tenho e jamais me deixou faltar o que precisava.

Aos meus pais, que de alguma forma conseguiram criar seis filhos sem nunca deixar faltar nada para nenhuma deles. A eles que me ensinaram tudo o que sei sobre a vida, financiaram meus estudos, e torcem por meu sucesso diariamente.

Aos meus irmãos, que sempre estiveram dispostos a ensinar. Por serem minha inspiração na hora dos estudos. Por crescerem ao meu lado e intencionalmente, ou não, me ensinarem sobre a vida e o amor. Agradeço especialmente a minha irmã Myrian, que cursando Pedagogia junto comigo, me ensinou e colaborou para aprendizado na Universidade.

As minhas amigas Fernanda e Taynara, que me acompanharam por grande parte do curso de Pedagogia, em projetos, extensões e aulas. Pelos trabalhos feitos em conjunto e pela compreensão nas horas que mais precisei dela. E a todos os meus colegas de Faculdade, Luciana, Gabriela, Rayane, Pamila, Ian, Caio, Soraia e demais, que fizeram desses anos mais suaves e engraçados.

Aos meus professores de toda a vida. Que um a um passando por meu caminho, me ensinaram mais do que apenas conteúdos, mas lições de vida. Aos que me amaram ou me odiaram, por me ajudarem a crescer cognitivamente.

A todos os meus amigos do Movimento Escalada de Brasília, que me apoiaram e estiveram comigo em momentos tão difíceis de minha vida e que acreditam e me apoiam estando perto ou longe. Especialmente a Tia Lilian, que me ajudou com as referências bibliográficas.

Ao meu namorado, Vagner, por me acompanhar na hora do estudo, me levando à biblioteca e me incentivando a estudar, cada dia mais e mais. Por aguentar meus choros e desespero antes de começar a monografia. Por escutar minhas reclamações e meus alívios.

A professora Cristina, que acreditou em mim e em meu trabalho, dando condições e apoio para que se tornasse realidade.

Por fim, agradeço a todos que de alguma forma passaram por minha vida nesses últimos anos, dividindo alegrias ou tristezas. Obrigada!

É triste ver que algumas pessoas não conseguem
lidar com um pouco de variedade.”

(Bill Watterson)

RESUMO

A inclusão tem se tornado um assunto muito discutido no meio educacional, principalmente quando se fala em educação especial. O Brasil está repleto de leis, decretos e orientações que têm como objetivo orientar os professores, alunos e familiares. Ainda assim, por traduzirem um processo histórico, as concepções das leis diferem entre si e permitem, quando não há reflexão sobre o assunto, diversidade de práticas e concepções. Por isso, pergunta-se quais são as concepções sobre inclusão de professores e alunos em relação à documentação legal brasileira. Dessa forma, foi feita a pesquisa com os professores e alunos da Faculdade de Educação, com o objetivo de analisar as concepções que perpassam no discurso dos formadores e futuros professores sobre a educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Para isso o trabalho faz uma breve revisão sobre as concepções de autores, das leis e dos professores e alunos da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.

Palavras-chave: *educação especial, educação inclusiva, concepções, aspectos legais.*

SUMÁRIO

MEMORIAL EDUCATIVO	1
INTRODUÇÃO	7
Capítulo I. As Concepções sobre deficiência	11
Paradigmas educacionais	11
Contribuições de Vygostsky para a educação inclusiva	13
Capítulo II. Os Documentos Legais	16
a. Lei 7.853, de 24 de outubro de 1989	17
b. Declaração Mundial sobre Educação para Todos	17
c. Declaração Mundial de Educação Especial	19
d. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional	21
e. Decreto nº 3.956, de 08 de outubro de 2001	22
f. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva	23
g. Declaração Sobre Direitos das Pessoas com Deficiência	27
h. Plano Nacional de Educação 2001 – 2010	29
i. Plano Nacional de Educação 2011 – 2020	31
j. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011.....	33
k. Orientação Pedagógica, serviço Especializado em apoio à aprendizagem	33
l. Para entender a pesquisa	35
Objetivos	37
Capítulo III. Metodologia	38
o Sujeitos da Pesquisa	38
o Instrumento de Pesquisa	39
o Aplicação de Questionário	40
o Metodologia de Análise	41
Capítulo IV. Análise de Dados	42
4.1 Análise dos questionários dos alunos	44
4.2 Análise dos questionários dos professores	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS	55
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	56

APÊNDICES	59
Apêndice 1 – Experiência de pesquisa – Questionários alunos.....	59
Apêndice 2 - Experiência de pesquisa – Questionário Professores.....	61
ANEXOS	63
Anexo 1 - Principais diferenças inclusão e integração.....	63
Anexo 2 - Ementa da disciplina de “Educando com Necessidades Educacionais Especiais”.....	64
Anexo 3 Ementa da disciplina “Aprendizagem e Desenvolvimento do Portador de Necessidades Educacionais Especiais”.....	66

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Paradigmas educacionais da deficiência	11
Quadro 2 – Frases do questionário X trechos de legislações	39
Quadro 3 – Professores da FE e quantidade de questionários respondidos	41
Quadro 4 – Análise quantitativa dos questionários dos alunos.....	42
Quadro 5 – Análise quantitativa dos questionários dos professores	43

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Matrículas educação especial 1998 - 2006.....	24
Figura 2 – Matrículas educação especial 2007 - 2011	25
Figura 3 – Matrículas na educação especial por rede 2007 - 2011	25

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice 1 – Questionários estudantes de Pedagogia da Faculdade de Educação	59
Apêndice 2 – Questionários Professores da Faculdade de Educação	61

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1 – Principais diferenças inclusão e integração.....	63
Anexo 2 – Plano de Ensino “Educando com Necessidades Educacionais Especiais”.....	64
Anexo 3–Plano de Ensino “Aprendizagem e Desenvolvimento do Portador de Necessidades Educacionais Especiais”.....	66

LISTA DE SIGLAS

ADPNEE – Aprendizagem e Desenvolvimento do Portador de Necessidades Educacionais Especiais

CONAE – Conferência Nacional de Educação

EEAA – Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem

ENEE – Educando com Necessidades Educacionais Especiais

FE – Faculdade de Educação

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEC – Ministério da Educação

MTC – Departamento de Métodos e Técnicas

PAD – Departamento de Planejamento e Administração

PE – Plano de Ensino

PNE – Plano Nacional de Educação

SECAD – Secretaria de Educação Continuada, alfabetização e diversidade

SECADI – Secretaria de Educação Continuada, alfabetização, diversidade e inclusão

SEEDF – Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal

SEESP – Secretaria de Educação Especial

TEF – Departamento de Teorias e Fundamentos

MEMORIAL EDUCATIVO

Sendo a sexta filha de um casal de funcionários públicos, minha mãe bancária e meu pai professor da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, estudei boa parte da minha vida escolar em colégio público, assim como meus irmãos.

Minha família é constituída por quatro homens e quatro mulheres. Minha mãe, meu pai, três irmãos, duas irmãs e eu.

Em minha educação infantil, estudei em duas escolas diferentes, na 304 norte estudei enquanto minha mãe trabalhava, e na 21 de Abril após minha mãe aposentar-se. Nas séries iniciais estudei na Escola Classe 111 Sul. Assim ocorreu com todos os meus irmãos, o que fez com que, em minha infância, eu fosse comparada com meus irmãos quando o assunto era estudo. Não só pelos meus pais, mas principalmente pelos meus professores.

Assim que fui alfabetizada me empolguei e queria ensinar o que sabia aos que não sabiam. Tenho um tio por parte de pai, que, quando criança, teve paralisia infantil e deixou de frequentar a escola por isso. Uma família de 12 filhos, em uma cidade do interior, foi complicado para minha avó permitir que ele continuasse a frequentar a escola. Com isso, sempre que ia para sua casa, na cidade de Sertãozinho, no interior de São Paulo, eu gostava de ensinar a ele o que havia aprendido até então. Era visível como ele se alegrava em aprender, já que sempre que eu chegava ele vinha com seu caderno e os exercícios feitos, que eu ou minha tia havíamos passado para ele.

Ainda no período do meu ensino fundamental I, comecei a estudar música na Escola de Música de Brasília. Alguns de meus irmãos também passaram por lá. Poucos anos depois meu pai nos deu a opção de largar a Escola de Música. Meus irmãos decidiram por largar, mas eu quis continuar. Meu pai disse que o tempo estava apertado para levar três crianças, não gostaria de fazer isso por apenas uma. Sei, que no fundo, meu pai não percebeu como fiquei chateada pela decisão dele, já que sempre amei música e sempre tive o sonho de aprender violino.

Já nas séries finais, estudei dois anos, quinta e sexta série, no Centro de Ensino Fundamental 113 Sul, assim como meus irmãos. Enquanto na sétima e oitava série, passei a estudar no Centro de Ensino Fundamental Polivalente.

Em minha quinta série estudei com uma colega com Síndrome de Down, Fernanda*1. Ela era a sensação da sala, todos gostavam dela. Os professores sempre pediam para que um dos alunos se sentasse com ela para ajudá-la nos estudos. Com o passar do tempo, descobri que ela estava na escola já havia dois anos e a que a escola não a avaliava. Ela era obrigada a passar três anos em

1 Todo nome fictício será acompanhado por *.

todas as séries. Ninguém realmente se importava se ela estava ou não aprendendo ou mudavam práticas pedagógicas para melhor atendê-la.

Fernanda* já tinha 21 anos e ainda estava na quinta série. Foi bem compreensível quando descobrimos que a família dela decidiu tirá-la da escola e foram procurar um local para que ela pudesse trabalhar. Por isso em minha sexta série ela já havia saído da escola.

Ainda no tempo de minha quinta série comecei a fazer Francês na escola Aliança Francesa. Fiz um ano e meio de curso, mas saí no meu primeiro desafio: tive um professor francês que separava uma parte da aula para falarmos apenas na língua francesa. Aquilo me aterrorizou. Mais tarde, comecei meu curso de inglês no Centro Interescolar de Línguas. E assim como no curso anterior, desisti e não cheguei a começar o nível avançado.

Quando me formei no ensino fundamental, todos os meus irmãos já haviam entrado na Universidade de Brasília. Decidi então prestar uma prova para tentar bolsa em uma escola particular. Já que agora os gastos com escolas em minha casa só seriam comigo, minha mãe apoiou. Conseguindo a bolsa entrei para o Colégio Notre Dame, no ensino médio.

Muito diferente de tudo que já havia vivenciado, foi bem difícil me adaptar à nova escola, aos novos colegas que, em grande parte, sempre estudaram em colégio particular.

Durante todo os três anos que fiquei neste colégio estudei com Patrícia*, uma colega surda. Minha compreensão era de que, já que estava em um colégio particular, a atenção e atendimento para educando com necessidades educacionais especiais seria bem diferente. Não foi bem essa a realidade.

Os alunos estavam sempre lembrando aos professores de que era necessário que eles ministrassem as aulas virados para turma, já que Patrícia* fazia leitura labial e assim ela também poderia compreender melhor o conteúdo. Com o tempo, Patrícia foi mostrando que já não se importava mais com as aulas sendo ministradas para ela compreender ou não, pois não queria continuar tendo os incômodos de chamar a atenção dos professores todas as aulas.

Ao final de meu terceiro ano, apesar de meus desejos de quando era apenas uma criança estarem ligados ao curso de medicina, decidi prestar o Programa de Avaliação Seriada (PAS) e vestibular para o curso de Pedagogia. Todos em minha família haviam entrado para a UnB após o término do terceiro ano. Em ordem de idade: Gabriel passou para engenharia elétrica, Rafael, para engenharia mecânica, Myrian, para relações internacionais, Miguel, para biologia e Mariana, para economia.

Precisava passar na universidade, e, apesar de meu desejo por medicina, decidi por um curso

com nota mais baixa nas provas. Após fazer vários teste vocacionais e em sua grande maioria sair resultados como Psicologia, Pedagogia, Assistência Social, decidi pelo curso de Pedagogia.

Hoje percebo que minhas escolhas por medicina e pedagogia, se devem em grande parte por serem as profissões mais nítidas em minha família por parte de pai, aquela que tenho mais proximidade. Metade de minhas tias são enfermeiras e um tio médico. Outra tia, professora, assim como meu pai. Outra coisa que influenciou nessa decisão foi o fato de ser catequista em minha paróquia desde os meus 13 anos de idade. Apesar de não se comparar a uma sala de aula de ensino formal, foi meu primeiro contato com a atividade de lecionar uma turma, planejar uma aula, montar atividades de ensino.

Ainda assim, não passei no PAS, pois não havia tirado nota na redação. Foi um dos momentos mais difíceis de minha vida. Desisti de meu sonho para não me envergonhar e ainda assim tive essa decepção. Prestei o vestibular sem muitas esperanças e não me surpreendi quando descobri que não havia passado.

Comecei a fazer cursinho e estudar o máximo que pudesse, decidida a prestar para medicina. Já que não tinha mais a pressão de antes.

Alguns dias depois, recebi uma ligação e mensagens de meus familiares avisando que havia passado na segunda chamada. Com toda certeza não foi a mesma emoção, mas me senti tirando um peso de minhas costas.

E foi com toda essa carga subjetiva que entrei na Universidade de Brasília para o curso de Pedagogia.

Assim que entrei, fui convidada a participar de um projeto de extensão chamado Universitários Vão à Escola (UVE) do curso de Direito. O projeto tinha como intuito fornecer oportunidade de educação e cultura para as crianças da cidade de Itapuã – DF.

No primeiro semestre de 2009 participei da UVE como tutora, onde ia uma vez na semana em Itapuã para dar aulas de reforço de inglês. No segundo semestre, fui convidada para fazer parte da coordenação pedagógica da ONG. Meu trabalho, a partir daí, deixou de ser ir a Itapuã e trabalhar com as crianças, para trabalhar com os tutores. Recebia os relatórios que cada tutor fazia, marcava reuniões com todos os tutores para fazermos o diálogo do que acontecia em cada dia e turno e como melhorar o trabalho deles. Com o passar do tempo fui percebendo a fraca atividade que prestava na ONG. Receber relatórios e ensinar os outros como trabalhar com as diversas crianças sem ir a escola era uma atitude muito pretensiosa. É necessário uma melhor compreensão do dia a dia da escola para poder interferir nela.

No meu terceiro semestre, deixei de participar da UVE para procurar me envolver com o projeto 3 da FE.

Com o tempo, observando os resultados do PAS e os testes vocacionais feitos no meu Ensino Médio me decidi por pedagogia, no lugar de medicina. Foi aí que resolvi me envolver com os projetos de Classe Hospitalar. Em meu terceiro semestre comecei, o que seria uma boa caminhada na área de educação hospitalar. No término do semestre, resolvi que não era esse o caminho que gostaria de tomar.

Por isso em meu quarto semestre entrei para o projeto 3 de Lúdico com a professora Carla Castro. Nessa mesma época comecei a fazer aula de Tópicos Especiais em Educação Especial com a professora Dra. Fátima Vidal em que trabalhamos sobre autismo e psicose.

Ao final do semestre fiquei em dúvida sobre qual projeto seguir: continuar com o Lúdico ou começar o de autismo. Foi quando comecei a estagiar em uma escola particular de educação infantil. Fiquei como auxiliar de uma turma de infantil 5, onde havia duas crianças especiais: uma com baixa visão e uma com autismo.

Com isso decidi pelo projeto sobre autismo, até mesmo porque queria me aprofundar na área de educação especial. Fiz minhas observações na própria escola em que estagiava, com o Júnior*.

Júnior* era uma criança que tinha acompanhamento psicológico e uma auxiliar específica, paga pelos pais. A família dele, decidiu trabalhar com o método Análise do Comportamento Aplicada (Applied Behavior Analysis; abreviando ABA).

Apesar das críticas que escutei durante todo o meu curso de graduação, não conseguia ver como uma metodologia errônea. A ABA permitiu um desenvolvimento para Júnior* que não é visível em crianças trabalhadas com outras metodologias. Muito disso me fez pensar em como defendemos nossas teorias e nos esquecemos de observar a necessidade que a criança possui. Ainda reflito sobre o assunto, pois não tenho um posicionamento certo, mas tenho mudado minhas concepções sobre o tema.

Outro momento de reflexão que fiz durante meu estágio nessa escola, foi quando a professora de inglês das crianças me perguntou se Gabriel* (aluno de baixa visão) não possuía apostilas (que eram xerocadas pela escola) em tamanho maior, para facilitar o ensino dele. Disse que não. Foi quando percebi que talvez uma simples adaptação o ajudaria. Hoje percebo que também não fiz nada para ajudá-lo, pois depois de ter sido lembrada da facilidade na solução do problema, não comuniquei à escola ou à professora a ideia.

No semestre seguinte, quando comecei o projeto 4 fase 1, percebi que ficaria cada vez mais

complicado acompanhar Júnior e para não prejudicar nem meu trabalho nem meus estudos, tomei a decisão, juntamente com a professora Fátima Vidal, de fazer minhas observações em uma escola pública, onde acompanhei os últimos meses de aula de uma turma inclusiva de 1º ano.

Essa escola, conhecida no DF por ser um ótimo espaço para crianças especiais, principalmente com autismo, foi um dos lugares que mais aprendi. Todos os professores que conheci são bem engajados e preocupados com o bem estar de seus alunos. Todas as salas são inclusivas e possuem um número reduzido de alunos por turma, para facilitar no atendimento das crianças especiais. Fui percebendo que o primeiro passo para a inclusão é quando as pessoas envolvidas no processo estão dispostas e querem que ela aconteça. O que os professores, funcionários, pais e alunos pensam e como agem faz a diferença no processo de inclusão.

Em meu sétimo semestre, continuei o meu projeto 4 em uma escola pública, em uma turma de terceiro ano inclusiva em uma sala de bidocência. Havia nessa turma três crianças com necessidades especiais. No início do meu estágio, havia duas docentes em sala de aula e duas estudantes da universidade, eu e mais uma. Quando éramos quatro, as aulas fluíam bem, separávamos a turma para que pudéssemos oferecer maior atenção para cada criança. Mas sempre foi perceptível um certo ar de disputa entre as duas professoras da turma. Alguns comentários deixaram a entender que elas estavam mais centradas em si mesmas e no aprendizado que teriam do que na preocupação em ensinar e na melhor forma de ensinar seus alunos.

Minha decisão por educação inclusiva se deve em grande parte por, não só conviver com pessoas com deficiência em minha família, mas também com colegas de salas e alunos.

Hoje gosto da área em que estou, apesar de que no fundo sinto a necessidade de realizar algum sonho de infância: tocar violino, cursar medicina ou aprender dança (outra atividade que desisti por enfrentar um desafio: montar uma coreografia como tarefa). Talvez por isso eu fique tão frustrada quando percebo um aluno que não aprende por não acreditar em si mesmo, ou desistir por achar difícil.

Esse foi o caminho que percorri e que me formou como pessoa e professora. Fui aprendendo durante a formação na Universidade, as legislações que garantiriam a todas essas pessoas que passaram por minha vida uma educação de qualidade. Hoje meu tio faz aula de jovens e adultos e sonha em entrar na faculdade de biologia. O sonho dele é possível se todos se envolverem e cuidarem para que ele tenha qualidade no ensino. Com isso, me pergunto o que realmente faz um ensino de qualidade para essas pessoas? Na lei há a garantia, mas, por que na prática o ensino e a aprendizagem não acontecem como deveriam? Será que a sociedade, os professores, pais, alunos,

funcionários realmente estão envolvidos nesse processo? Que concepções cada um desses atores trazem para vivenciar esse processo? Afinal, educação é processo muito mais complexo do que simplesmente inserir crianças e adultos em uma sala de aula.

E foi com esse conjunto de questões, que marcaram minha vida, que procuro responder as dúvidas que me fiz durante minha trajetória. Para isso, foi feita a revisão bibliográfica das concepções presentes nos autores e nos documentos legais e a experiência de pesquisa sobre as concepções dos professores e alunos da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília a respeito da educação especial na perspectiva da educação inclusiva.

Introdução

A educação especial no Brasil tem seu início com os dois institutos que funcionam ainda hoje: O Instituto dos Meninos Cegos criado pelo então Imperador Dom Pedro II, no ano de 1854, e o Instituto Nacional de Surdos criado por Huet com a permissão do Imperador, no de 1856. Os dois mudaram de nomes ao longo da história e hoje se chamam Instituto Benjamin Constant e Instituto Nacional de Educação de Surdos, respectivamente. Os dois se situam na cidade do Rio de Janeiro. Infelizmente, nessa época ainda era muito pequeno o atendimento aos educandos com necessidades especiais, pois em um universo de “15.848 cegos e 11.595 surdos, no país eram atendidos apenas 35 cegos e 17 surdos, nestas instituições” (MAZZOTTA, 1996, p.29).

Apenas em meados dos anos 1920 que o país volta a ter alguns avanços nessa modalidade, com a criação de instituições como Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, uma iniciativa do povo e não do governo, e a Sociedade Pestalozzi que tem por objetivo promover o estudo, assistência, educação e integração da pessoa com necessidade especial^{2,3}.

O avanço nessa área da educação se dá gradativamente no Brasil. Aos poucos foram aumentando o número de instituições especiais para o atendimento dos ENE. É, porém, em 1988, com a nova Constituição que a legislação brasileira começa a dar maior atenção para essa área da educação. Em seu artigo 208, inciso III, afirma ser dever do Estado garantir o atendimento educacional especializado aos portadores de necessidades educacionais especiais, preferencialmente na rede regular de ensino. A partir daí as legislações sobre o assunto foram especificando as condições para que esse atendimento seja de qualidade. Mais à frente veremos que o Censo Escolar de 2011 demonstra o crescimento do país no atendimento dos educandos com NEE.

Com o tempo a educação especial é inserida na educação inclusiva. O termo inclusão engloba muito mais do que a educação especial. Este deve estar ligado a todos os educandos que, de alguma forma, sofrem discriminação, seja por cor, gênero, situação econômica, dificuldade de aprendizagem e outros. Nesse contexto, a escola apresenta uma diversidade enorme.

Nos documentos que veremos no capítulo 2, podemos observar que não há um consenso sobre as pessoas que a educação especial e a educação inclusiva abrangem. Essa indecisão não

2 Será utilizada essa denominação durante todo trabalho para as pessoas com necessidades especiais. Essa denominação explícita que as pessoas com necessidades especiais são aquelas que precisam de algumas modificações especiais para que seja possível a inserção na sociedade sem nenhuma barreira ou deficiência. Foi decidido retirar a palavra educacionais, pois o trabalho abrange documentos legais fora da área educacional.

3 (retirado do site: <http://sociedadepestalozzidobrasil.blogspot.com.br/> às 03h12 do dia 08 de fevereiro de 2013.)

permite que haja comunhão sobre as decisões a serem tomadas e, por outro lado, gera confusões no contexto da comunidade escolar.

Diante do exposto, é interessante trazer uma breve discussão a respeito da diferenciação dada ao termo inclusão e integração, pois esses dois termos trazem concepções historicamente importantes para o processo de inclusão da pessoa com necessidade especial na sociedade. De forma sintética, Santos (2012), explicita em um quadro⁴ as diferenças dos dois termos.

A integração, termo e prática realizada anterior à inclusão, pressupõe um educando com necessidades educacionais médias ou comuns, além de trabalhar com uma ideia centrada nesse educando, ou seja, procura trabalhar com ele para que assim seja capaz de ser inserido no ambiente escolar. (ARNAIZ, 2005)

Segundo Sasaki (2005), a integração ainda ocorre de algumas formas e uma delas é através da “(...) inserção pura e simples daquelas pessoas com deficiência que conseguiram ou conseguem, por méritos **pessoais e profissionais**, utilizar os espaços físicos e sociais, bem como seus programas e serviços, sem nenhuma modificação por parte da sociedade (escola comum, empresa comum, clube comum, etc).” (**grifo meu**)

Enquanto isso, na inclusão está se objetivando uma escola capaz de ensinar a todos, preparada para receber os que precisam ou não de maior atenção. Procura fazer a escola um espaço aberto para todos e melhorias nas práticas educativas para todos os alunos. (ARNAIZ, 2005)

Para trabalhar com a educação especial, o Brasil possuía, até o início do ano de 2012, uma Secretaria específica, que respondia ao Ministério da Educação, a Secretaria de Educação Especial (SEESP). Porém, essa Secretaria foi incorporada pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) nesse mesmo ano através do Decreto nº 7.690, formando assim a atual Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI). A SEESP se torna uma das cinco diretorias que formam a SECADI. São elas: Diretoria de Políticas de Educação para a Juventude; Diretoria de Políticas de Educação em Direitos Humanos e Cidadania; Diretoria de Políticas de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos; Diretoria de Políticas de Educação do Campo, Indígenas e para as Relações Étnico-raciais; e Diretoria de Políticas de Educação Especial.

A SEESP desenvolvia programas, ações e projetos centrados na educação especial, tendo como público-alvo pessoas com deficiência, Transtornos Globais de Desenvolvimento e Superdotação/Altas-Habilidades. Hoje a SECADI é responsável pela área de alfabetização,

4 Ver no Anexo 1 pág. 63

educação de jovens e adultos, educação ambiental, educação escola indígena, quilombola, educação etnicorraciais, especial, do campo e dos direitos humanos.

Muitas foram as críticas em cima dessa estratégia política. Desde a possível perda de atenção para com a inclusão até comentários a favor da fusão da SEESP com a Secretaria de Educação Básica (SEB - MEC). Por um lado fusão da SEESP na SEB restringiria a educação especial à educação básica, quando ela deve ser implantada também na educação superior, no ensino técnico e nas demais formações profissionais. A incorporação da SEESP com a SECAD mostra que a inclusão deve ser vista como um processo que envolve pessoas mais amplamente no âmbito da diversidade humana. Dessa forma, a inclusão tem como público-alvo não só os educandos com necessidades especiais mas também a diversidade que a SECAD abrange.

Diante do exposto e compreendendo que a implantação da escola inclusiva precisa de um trabalho e esforço conjunto de várias áreas da sociedade, o presente trabalho tem por objetivo analisar as concepções de professores e alunos da FE da UnB à luz de aspectos da legislação brasileira sobre a educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Para isso, o trabalho foi dividido em quatro partes, sendo elas: uma revisão sobre as concepções de educação especial para importantes autores na área, um levantamento das concepções de educação especial na legislação, a realização de um exercício de pesquisa com coleta e análise de dados e as considerações finais.

No primeiro capítulo, trabalharemos as concepções que perpetuaram a história da educação especial e as pessoas com necessidades especiais para a sociedade e para os teóricos da área. Para isso se fez uma revisão bibliográfica do assunto.

No segundo capítulo, analisaremos as diversas legislações, nacionais e internacionais, que possuem a educação e demais direitos da pessoa com necessidade especial como centro, mostrando de forma histórica o processo de desenvolvimento da inclusão da pessoa com necessidade especial. Para isso foi escolhido um grupo de legislações que definem as políticas necessárias para a implementação e garantia desses direitos, tanto em âmbito internacional, nacional e regional do Distrito Federal.

No terceiro capítulo, explicaremos como foi realizada a pesquisa para constatar as concepções sobre educação especial na perspectiva da educação inclusiva dos professores da Faculdade de Educação e dos estudantes das matérias de “O Educando do Necessidades Educacionais Especiais” e “Aprendizagem e Desenvolvimento do Portador de Necessidade Educacional Especial”, disciplinas obrigatórios do início da formação do Pedagogo na FE-UNB. Nesse mesmo capítulo é feita a análise e discussão dos resultados.

No quarto e último capítulo, faremos uma discussão das reflexões, análises, respostas e perguntas que o trabalho deixou para a pesquisadora.

Este trabalho pretende contribuir para a reflexão a respeito da importância de uma articulação entre teoria, prática e políticas públicas para que a educação se torne inclusiva. O envolvimento de todas essas áreas faz a diferença para os primeiros passos da educação inclusiva.

CAPÍTULO I

AS CONCEPÇÕES SOBRE DEFICIÊNCIA

As pessoas com necessidades especiais sempre foram tema importante e motivo de discussões em todas as sociedades. Fazendo uma trajetória histórica, é visível perceber que nem sempre elas tiveram lugar garantido no ambiente social. Alguns lugares, como a cidade de Esparta na Antiguidade grega, jogavam fora todas as crianças nascidas com alguma deficiência, como podemos observar no filme “300”⁵ do diretor Zack Snyder, lançado no ano de 2007. Na Bíblia, podemos ler vários episódios em que a deficiência é confundida como possessão do demônio, em casos de epiléticos, e até mesmo como castigo de Deus pelo pecado cometido e mostrando a impureza do ser humano.

Porém, essa visão mudou muito, principalmente nos últimos anos. As pesquisas para entender as características de cada doença, transtorno ou deficiência têm mudado as concepções sociais. Talvez, ainda não possamos dizer que essas pessoas já possuem o seu espaço e reconhecimento, porém, em diversos países, é motivo de discussão e implementação de ações para a inclusão delas nas escolas, no mercado de trabalho e demais espaços sociais.

Existem várias concepções que tentam definir a deficiência e como proceder com as pessoas com necessidades especiais. A seguir, apresentamos alguns paradigmas educacionais atrelados à educação especial.

1.1 Paradigmas educacionais:

BEYER (2010), faz uma análise a respeito dos principais paradigmas que acompanham a história da educação especial. Para isso, o autor organiza quatro paradigmas: clínico-médico, sistêmico, sociológico e crítico-materialista. O quadro a seguir, representa de forma resumida da classificação teórica defendida pelo autor:

5 Ficha técnica: Diretor: Zack Snyder; Elenco: Gerard Butler, Vincent Regan, Lena Headey, David Wenham, Michael Fassbender, Rodrigo Santoro, Tom Wisdom, Andrew Tiernan, Dominic West, Andrew Pleavin; Produção: Mark Canton, Bernie Goldmann, Jeffrey Silver, Gianni Nunnari; Roteiro: Zack Snyder, Kurt Johnstad, Michael B. Gordon; Fotografia: Larry Fong; Trilha Sonora: Tyler Bates; Duração: 117 min.; Ano: 2007; País: EUA; Gênero: Ação; Cor: Colorido; Distribuidora: Não definida; Classificação: 16 anos

Deficiência é...	Deficiência como...	Paradigma
Um fato clinicamente definido	Categoria terapêutica	Clínico-médico
Um produto do sistema escolar	Definição do sistema escolar	Sistêmico
Uma atribuição resultante de expectativas sociais	Estigma Social	Sociológico
Um produto da sociedade capitalista	Resultado socioeconômico	Crítico-materialista

Quadro 1: BEYER (2010), pp. 26

Veremos a explicação dos paradigmas mostrados na tabela acima segundo o autor.

O paradigma clínico-médico para BEYER (2010) é um dos paradigmas que mais perdura na história da educação inclusiva. Nessa concepção acredita-se que a educação pouco ou nada pode fazer em relação às crianças com necessidades especiais. Estas deveriam ser tratadas apenas com o acompanhamento médico-terapêutico.

Nessa perspectiva utiliza-se uma nova interpretação para a teoria da compensação, trabalhando com o ideal de que as crianças deveriam compensar suas dificuldades de forma a tentar chegar o mais perto possível da normalidade.

O paradigma sistêmico seria, segundo BEYER (2010), a versão educacional da abordagem clínico-médica. Aí são criadas as escolas especiais, onde “(...) sua função é a de lidar com os alunos que o sistema regular de ensino não sabe ou não quer lidar.” As crianças com necessidades especiais se tornam “propriedades” das escolas especiais, de forma a não aceitarem que possa haver um espaço melhor para a educação delas.

Já o paradigma sociológico, define a deficiência como um “(...) 'construto' social e culturalmente elaborado” (BEYER, 2010). A sociedade cria expectativas normalizadoras e à medida que estas não são confirmadas, a deficiência sobressai. Para isso, BEYER diferencia dois estigmas que são observados: o defectivo e o culposo. O primeiro está presente no que é visível, estigmas são criados a partir do simples olhar. São mais presentes em deficiências físicas. O segundo, está presente quando o indivíduo não atinge os níveis de desempenho socialmente aceitos.

Por último, temos o paradigma crítico-materialista. Aqui, a “(...) situação socioeconômica, os processos de empobrecimento, de dominação econômica e de tomada de consciência são confrontados com a realidade social das pessoas com deficiência.” A questão é que essa vertente

aborda aspectos que não estão presentes apenas na situação de crianças com deficiência.

Após analisar os paradigmas comentados, observamos que o que mais se aproxima do que queremos discutir nesse exercício de pesquisa é o sociológico. É imprescindível que saibamos o impacto da sociedade e da cultura na vida dos educandos com necessidades especiais e como podemos mudar a visão deles sobre eles mesmo e da nossa para com eles. Beyer comenta sobre essa abordagem:

“O segundo aspecto diz respeito à representação social sobre os alunos com necessidades especiais. Como nós, educadores, avaliamos suas possibilidades de aprendizagem na escola regular? O professor precisa estar consciente do 'efeito da profecia'. Suas expectativas sobre os alunos revelam-se tanto em suas atitudes como em sua prática docente.” (BEYER, 2010, pp. 22)

1.2 Contribuições de Vigotski para a educação inclusiva

Dentre os autores mais renomados que tratam sobre a inclusão e o desenvolvimento das pessoas com necessidades especiais, temos Vigotski, psicólogo e pedagogo russo, nascido em 1896 e principal nome na teoria histórico-cultural.

Segundo o autor, a defectologia, ou seja, o campo da ciência que ele estudava sobre a deficiência e suas implicações no desenvolvimento da criança, inaugura uma nova visão sobre as pessoas com necessidades especiais:

“La defectología está luchando ahora por la tesis básica em cuya defensa ve la única garantía de sua existencia como ciencia, precisamente la tesis que dice: el niño cuyo desarrollo está complicado por el defecto no es simplemente un niño menos desarrollado que sus coetáneos normales, sino desarrollado *de otro modo*.” (VYGOTSKY, 1997)

Esse é o primeiro passo que devemos compreender antes de começar um processo de inclusão. Toda criança possui um desenvolvimento singular e é importante que o professor compreenda isso ao planejar sua aula, principalmente quando nessa turma há alguma criança com desenvolvimento atípico.

Com essa nova visão, Vigotski, Luria e demais autores pretendem organizar uma abordagem científica sobre os estudos da deficiência que teve, e ainda tem, reflexos na forma de pensar da sociedade. O educando com necessidade especial não é mais uma pessoa que não consegue aprender e portanto deve ser excluído do ambiente escolar, mas sim merece um lugar específico com professores capacitados para ensiná-los com formas e métodos diferenciados já que o desenvolvimento não se dá por idade ou períodos específicos. Este se dá com a ajuda e a mediação do ambiente do contexto social e cultural.

Essa mediação é vista como a intervenção de um elemento qualquer (objetos, pessoas, sentimentos, sensações oriundas dos cinco sentidos e outros) no processo de aprendizagem e desenvolvimento. Para explicar a mediação, OLIVEIRA (1993), utiliza o seguinte exemplo: quando uma criança encosta a mão no prato de comida quente e a retira rapidamente, se estabelece uma relação direta. Quando a criança retirar a mão no prato quente por ter sido avisada pela mãe/pai/cuidador, essa relação se torna mediada. Em sala de aula, essa mediação pode ser vista como a ajuda ou os indícios que o professor oferece aos alunos.

Por isso para Vigotski “O único bom ensino (...) é aquele que se adianta ao desenvolvimento” (OLIVEIRA, 1993). Construindo aos poucos uma nova teoria sobre o desenvolvimento das crianças, Vigotski inclui a participação de um outro bloco de influências nesse processo: a compensação. Esta, através do meio social, pode colaborar com o desenvolvimento e a relação da pessoa com o ambiente.

“(...) A essa altura, um mecanismo singular e especial se impõe: ocorre a *compensação do defeito*. No correr da experiência, a criança aprende a compensar suas deficiências naturais, com base no comportamento natural defeituoso, técnicas e habilidades culturais passam a existir, dissimulando e compensando o defeito. Elas tornam possível enfrentar uma tarefa inviável pelo uso de caminhos novos e diferentes. O comportamento cultural compensatório sobrepõe-se ao comportamento natural defeituoso. Cria-se uma 'cultura do defeito' específica: além de suas características negativas, a pessoa fisicamente deficiente adquire características positivas” (LURIA, 1996 P. 221)

O que se deve retirar da teoria da compensação, é que a criança com deficiência é capaz de se desenvolver e criar mecanismos ou se adaptar se são dadas a ela as condições necessárias para tal feito. Por isso, no lugar de esquecer-las ou excluí-las da sociedade, é preciso acolhê-las e fazer adaptações para que os desafios provocados pela deficiência possam ser superados. “*El niño* com defecto no es inevitablemente *un niño deficiente*. El grado de su defecto y su normalidade dependen del resultado de la compensación social, es decir, de la formación final de toda su personalidad.” (Vygotsky, 1997, p. 20)

Para o autor é possível distinguir dois tipos de deficiência, a primária e a secundária. Segundo Garcia (1999), a deficiência primária está ligada ao biológico e a secundária ao social. A deficiência biológica compreende as características físicas apresentadas pela pessoa com necessidade especial, enquanto a deficiência secundária, ou social, está compreendendo como o indivíduo com necessidades especiais se relaciona e se desenvolve no meio social. “Sua compreensão implica em considerar o caráter social do desenvolvimento, a história e a vida social desde o princípio, quer o sujeito apresente características físicas relacionadas à deficiência ou não.”

(Garcia, 1999).

“Entendida a educação como um processo de luta, de ruptura entre o biológico e o cultural, vemos que é a cultura que abre caminho para a nossa estrada. Se omitirmos a cultura do processo educativo, somos vencidos pelo biológico, e o desenvolvimento cognitivo não se estabelece. É preciso entender a cultura como o conjunto de ferramentas, de símbolos e signos que o indivíduo usa nesse processo de construção. A cada indivíduo devemos oferecer símbolos e signos adequados conforme a sua própria estrutura e organização biológica.” (PENA, 2008)

Nesse sentido ressalta-se a importância de uma sociedade culturalmente inclusiva. Mais do que apenas ter leis que assegurem o direito dos indivíduos com necessidade especial ou não, é preciso que a sociedade seja inclusiva. Sociedade esta que garantirá o cumprimento da lei.

No entanto, segundo Teixeira e Nunes (2010), a inclusão se dará após mudanças de valores individuais e sociais. É preciso a criação de um novo paradigma, que não está pura e simplesmente em uma receita de bolo, técnicas pré-definidas ou ainda nas leis. É preciso reflexão social, dos professores, dos alunos, dos pais, da comunidade.

Jamais haverá inclusão se a sociedade se sentir no direito de escolher quais os deficientes que poderão ser incluídos. É preciso que as pessoas falem por si mesmas, pois sabem do que precisam, de suas expectativas e dificuldades como qualquer cidadão. Mas não basta ouvi-los, é necessário propor e desenvolver ações que venham a modificar e orientar as formas de se pensar na própria inclusão (TEIXEIRA e NUNES, 2010, PP. 28-29).

Portanto, para que haja inclusão é preciso mais que apenas leis, é preciso aceitação, reflexão e ação da sociedade. Veremos a seguir que a legislação está avançando e se aproximando mais da inclusão escolar com o passar dos anos. Começando pela educação especial até os dias atuais, que, ao menos legalmente, vê a inclusão como uma função social e regulamenta condições para que ela aconteça em todos os espaços de nossas comunidades.

CAPÍTULO II

OS DOCUMENTOS LEGAIS

As preocupações a respeito da educação para pessoas com deficiência, não estão só no campo das pesquisas e dos estudiosos. São diversas as leis, declarações, conferências realizadas por políticos, cidadãos, representantes legais e outros que discutem esse tema. Nesse capítulo, falaremos sobre algumas delas, trazendo dessa forma um breve histórico sobre as concepções de educação inclusiva de 1988 até os dias atuais.

Encontros sobre a inclusão escolar de pessoas com necessidades especiais já ocorrem há vários anos e não seria possível fazer uma análise histórica de todas as decisões tomadas e confirmadas por meio de Leis decorrente dos mesmo, por isso foi necessário escolher as que seriam analisadas nesse trabalho.

A decisão foi por tomar a Constituição de 1988 como ponto de partida. Para fazer um contraste com as legislações inclusivas, foi escolhida uma lei sobre educação especial. Os demais documentos foram escolhidos por estarem no site do MEC e na página sobre legislação da SECADI, e portanto serem documentos que deveriam ser seguidos nas escolas e implantadas pelo país; por serem de grande escala no Brasil; e por tratar da educação especial no DF e,. As leis que serão analisadas são: a Lei 7.853, de 24 de outubro de 1989; a Declaração Mundial Sobre Educação para Todos, 1990; Declaração Mundial de Educação Especial, 1994; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1996; Declaração Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, 2001; Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, 2007; Declaração Sobre Direitos das Pessoas com Deficiência, 2008; Plano Nacional de Educação 2001- 2010; Plano Nacional de Educação 2011 – 2020; Orientação Pedagógica, Serviço Especializado em Apoio à Aprendizagem.

Antes de analisar os documentos, é importante ressaltar qual a implicação das declarações mundiais na legislação brasileira. Segundo o Art. 5º § 3º da Constituição da República Federativa do Brasil, “Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.”, ou seja, os documentos que serão mencionados aqui nesse capítulo, são equivalentes a emendas constitucionais, já que o Brasil é delas signatário. E em seu § 4º afirma que “O Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão.” Os dois parágrafos, foram adicionados na 1ª

Emenda Constitucional de nº 45/2004.

2.1 LEI 7.853, DE 24 DE OUTUBRO DE 1989

Em 1989, o então Presidente do Brasil, José Sarney, decreta e sanciona a Lei 7.853, de 24 de Outubro de 1989, que “Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.” (BRASIL, LEI 7.853, DE 24 DE OUTUBRO DE 1989)

A lei tem por objetivo assegurar os direitos das pessoas com necessidades especiais, trabalhando com as áreas de educação, saúde, trabalho, lazer, previdência social, amparo à infância e à maternidade e outros. Sobre a educação, o documento trabalha com a concepção de educação especial, assegurando a inserção das pessoas com deficiência em escola especial.

Essa legislação trabalha com o conceito de integração, e não comenta em nenhum momento sobre a tentativa de inclusão das pessoas com necessidades especiais em escolas regulares de ensino, nem mesmo a preparação para a inclusão. Ainda assim, esse foi um dos primeiros passos legais que o Brasil realizou em relação a educação especial.

Se observarmos, todas as legislações disponibilizadas pela SECADI no site do MEC são a partir de 1990. Isso mostra que a Constituição de 1988, teve grande impacto para as futuras leis e documentos que, no Brasil, amparam a educação especial/inclusiva. Isso talvez se dê, por ser a primeira vez que uma Constituição estabelece leis para a criança com necessidade especial, dando assim o ponta pé inicial para as leis e as políticas públicas iniciarem um movimento em favor da educação especial.

2.2 DECLARAÇÃO MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS.

No período de 5 a 9 de março de 1990, em Jomtien, Tailândia, houve a Conferência Mundial sobre Educação para Todos que resultou na *Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem*. O documento mencionado não está relacionado diretamente à inclusão escolar de crianças com necessidades especiais. Seu objetivo na realidade está em tratar a educação em um contexto geral como direito de todos. Assim como afirma em seu início, trazendo alguns dados iniciais sobre a alfabetização naquele ano:

“...No entanto, apesar dos esforços realizados por países do mundo inteiro para assegurar o direito à educação para todos, persistem as seguintes realidades:

- mais de 100 milhões de crianças, das quais pelos menos 60 milhões são meninas, não têm acesso ao ensino primário; mais de 960 milhões de adultos – dois terços dos quais mulheres – são analfabetos, e o analfabetismo funcional é um problema significativo em todos os países industrializados ou em desenvolvimento;
- mais de um terço dos adultos do mundo não têm acesso ao conhecimento impresso, às novas habilidades e tecnologias, que poderiam melhorar a qualidade de vida e ajudá-los a perceber e a adaptar-se às mudanças sociais e culturais; e
- mais de 100 milhões de crianças e incontáveis adultos não conseguem concluir o ciclo básico, e outros milhões, apesar de concluí-lo, não conseguem adquirir conhecimentos e habilidades essenciais.” (UNESCO 1996 p. 1)

Com isso podemos perceber que o centro das preocupações dessa Conferência estava em uma inclusão mais geral tratando não só da deficiência em sala de aula, mas de todos os grupos excluídos, ou seja, pobres, mulheres, periferias urbanas, zonas rurais, povos indígenas, trabalhadores migrantes, entre outros. (UNESCO, 1996 p. 3)

A declaração traz como meta expandir o que havia sido considerado quarenta anos atrás na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Seus objetivos são claramente expostos no início do texto: “universalizar o acesso à educação e promover equidade; concentrar a atenção na aprendizagem; ampliar os meios e o raio de ação da educação básica; propiciar um ambiente adequado à aprendizagem; e fortalecer alianças.” (UNESCO, 1996 P. 3)

Com isso, trabalha-se com a ideia de uma educação básica de qualidade, centrada não em números de matrículas, frequências e outros, mas sim em “aquisição e nos resultados efetivos da aprendizagem”. Traz também a concepção da necessidade de uma boa base para um melhor rendimento nos níveis seguintes, principalmente o ensino superior.

Para isso, contava-se com a ideia de uma sociedade envolvida com a educação, desde a família até as políticas públicas. Envolvimentos e alianças dos diversos ministérios dos países deveriam esforçar-se para conseguir alcançar essa educação de qualidade para todos.

Nesse contexto, o objetivo também estava em incluir as pessoas com necessidades especiais. Analisando o conceito de educação e que seu objetivo não estava em apenas números e frequências, poderia-se concluir que sua concepção de inclusão estava em um verdadeiro ensino, tendo a sociedade como responsável pelo aprendizado e não somente o professor ou a escola. A questão decorrente é a de que, embora haja comentários a respeito da educação especial, seus pontos não são fortemente tratados e portanto não direciona os países ou estados a se moverem a favor de uma inclusão escolar de pessoas com deficiência.

Além disso, é perceptível no documento a predominância de uma visão comportamentalista

de educação, o que com o passar dos anos tem se tornado cada dia menos aceito no ambiente educacional, já que a mesma é redutora, pois não enxerga o indivíduo como um todo, pois treina-o para realizar tarefas ao invés de garantir seu aprendizado:

“**61.** A descentralização e o planejamento local favorecem um maior envolvimento de comunidades na educação e **treinamento** de pessoas com necessidades educacionais especiais.” (grifo meu)

2.3 DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: SOBRE PRINCÍPIOS, POLÍTICAS E PRÁTICAS NA ÁREA DAS NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS.

Já no período de 7 a 10 de junho de 1994 ocorreu a Conferência Mundial de Educação Especial em Salamanca, Espanha. Este encontro deu origem a *Declaração de Salamanca: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais*, uma das mais conhecidas no campo da educação especial.

Tendo como membros os delegados da Conferência que representavam 88 governos e 25 organizações internacionais o documento foi organizado em tópicos de fácil esclarecimento:

- Política e Organização;
- Fatores Relativos à Escola;
- Recrutamento e Treinamento de Educadores;
- Serviços Externos de Apoio;
- Áreas Prioritárias;
- Perspectivas Comunitárias;
- Requerimentos Relativos a Recursos.

Diferente da Declaração anterior, esta têm seus objetivos claramente focados na educação especial e as necessidades educativas especiais, que não está somente ligada a deficiência, mas a todas as crianças ou adultos que por algum motivo possuem dificuldades de aprendizagem. A Declaração de Salamanca é a primeira a utilizar a palavra inclusão para denominar esse novo paradigma que estava se formando na sociedade em contraponto a integração educacional.

No contexto desse documento “o termo 'necessidades educacionais especiais' refere-se a todas aquelas crianças ou jovens cujas necessidades educacionais especiais se originam em função de deficiências ou dificuldades de aprendizagem.”

Relembra-se a importância da criança com necessidade especial receber uma educação em

uma escola regular de ensino, permitindo que a educação seja feita na escola de sua vizinhança e só havendo exceção em casos extremos que deveriam ser analisados. Ainda assim, sugere-se, que mesmo frequentando uma escola especial, a criança exerça um regime de meio período em uma escola regular para permitir sua experiência de vivência com todas as crianças.

O que aconteceria, então, com as escolas especiais? As escolas especiais deveriam ser centros de ensino para os professores, onde os mais experientes, ou seja, os que trabalhavam nessas escolas, dariam o apoio necessário para os professores das escolas regulares como: treinamento, reorganização de currículo e métodos para se trabalhar com as crianças, entre outros.

Trabalhara-se com o conceito de uma educação que precisa do apoio social. Portanto a política, as organizações não-governamentais, as escolas e os pais deveriam estar em constante preocupação com esse processo de inclusão escolar. Os pais, principalmente, receberam uma grande missão e deveriam receber as informações necessárias para ajudar na educação escolar de seus filhos, de forma tal a serem eles os responsáveis por escolher a metodologia usada para educá-los.

Assim, percebemos que o ponto crucial dessa Declaração foi a importância do envolvimento da sociedade como um todo no processo da educação. Isso se daria pelo fato de que o centro das ideias estava na criação de uma sociedade inclusiva, ou seja, a aceitação da diferença. “...o estabelecimento de tais escolas é um passo crucial no sentido de modificar atitudes discriminatórias, de criar comunidades acolhedoras e de desenvolver uma sociedade inclusiva.” (CONFERÊNCIA MUNDIAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 1994 p. 4)

Segundo SANTOS (2012, p. 35), o documento leva a entender que a escola seria a responsável pela salvação da educação, apontando uma grande responsabilidade para a escola. Porém, para a autora, a escola não deveria ser vista como redentora, mas sim um dos espaços possíveis, “(...) calcada no ideário de educação para todos, viabilizada por ações que se somam e se complementam para dar suporte à missão da escola (...)”.

Apesar de dar essa grande importância à escola no processo de inclusão social, houve também a preocupação com a aprendizagem das crianças, já que se cita a Conferência Mundial de Educação para Todos, lembrando a importância de haver uma pedagogia centrada na criança. Mostra-se também ao longo de todo o documento a importância da formação, não só dos professores, mas também dos estudantes de pedagogia, dos coordenadores e diretores escolares; das pesquisas e dos estudos acadêmicos; da flexibilidade e adaptabilidade do sistemas de ensino e do currículo; além de trazer como um dos objetivos da educação “...à obtenção de máxima independência na vida adulta” para os alunos. (SALAMANCA, 1994, p. 7)

2.4 LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Nesse meio tempo, no Brasil discutiam-se questões educacionais que deram origem à lei sancionada em dezembro de 1996, a Lei 9.394/96 mais conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional ou, LDB. A lei estabelece, como diretrizes para a educação do país, desde a obrigatoriedade do Estado Nação e demais estados e municípios para com a educação, até os direitos dos educandos. É importante ressaltar que na história do Brasil, essa foi a primeira LDB a separar um tópico para a educação especial.

Em seu início, já há alguns artigos que podem ser referentes a educação especial. Começando por seu Art. 3º, inciso I que traz como princípio da educação a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.” (LDB) Podemos concluir que essa lei também aplica-se aos educandos com necessidades especiais.

O documento é dividido em tópicos e há um inteiramente destinado à educação especial. Simples e resumido, possui 3 artigos, do Art. 58 ao 60. Garante a matrícula da criança com necessidades especiais em rede pública de ensino, atendimento em classes especiais em caso de impossibilidade de inclusão, a reorganização curricular, metodológica, recursos e outros para o atendimento adequado, formação dos professores, apoio especializado e educação a partir do zero ano de idade.

No Art. 59, inciso II, garante “terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências...” (LDB). O recebimento do diploma sem o término da educação, mostra como o país, naquele momento, ainda apresentava predomínio de concepções que acreditavam que as crianças com necessidades especiais não seriam capazes de aprender.

Não defendemos aqui que a criança com necessidade especial deva permanecer na escola mesmo tendo idade avançada, mas sim que ela merece outras opções de espaços de aprendizagem. A partir do momento que a escola deixar de acrescentar na vida desses adolescentes e adultos, é necessário ofertar um outro contexto de aprendizagem, como cursos técnicos ou ambientes de preparação para o mercado de trabalho.

Minto (2000), também faz considerações importantes relacionadas ao texto da LDB. Começando por seu artigo 58, onde se entende a educação especial como “(...) modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.” Suas considerações trazem tanto quesitos positivos quanto negativos.

“(…) Vejo aqui dois aspectos positivos: o primeiro diz respeito ao fato de a Educação Especial ser considerada como modalidade de educação escolar; o segundo refere-se ao 'local' onde tal atendimento deve ocorrer na rede regular de ensino.” (MINTO, 2000)

Entretanto o mesmo artigo possui falhas ao se referir aos educandos como portadores de necessidades especiais e ao utilizar a palavra preferencialmente. Em primeiro lugar, segundo Minto (2000), a palavra portador, traz ideia de que a criança carrega algo de diferente, logo não se encaixa no dito normal, estaria, assim, possibilitando um aumento na discriminação. Trazendo-se o conceito de necessidades especiais, também gera confusão sobre o entendimento de qual é a função desse atendimento, pois não especifica o quê é necessário para um atendimento educacional. Em segundo lugar, temos a palavra preferencialmente, que dá a brecha para a recusa das matrículas das crianças em turmas de escolas regulares no ensino público.

Uma outra questão se relaciona ao art. 22 que enuncia: “A educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurando-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.” (BRASIL, 1996).

O que nos faz questionar como a lei aborda a criança com necessidade especial, já que a finalidade da educação básica não se encaixa no que é descrito para as crianças com deficiência. Apesar de a LDB comentar a respeito da adequação do ensino superior para receber essas pessoas e apontar rapidamente no artigo 59, inciso IV sobre a educação para o trabalho, também traz a possibilidade do possível fracasso e incapacidade de inserção em um trabalho competitivo para o educando com necessidade especial.

2.5 DECRETO Nº 3.956, DE 08 DE OUTUBRO DE 2001

Em 08 de outubro de 2001, o então Presidente Fernando Henrique Cardoso promulgou o texto da Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. O texto foi aprovado pelo Conselho Permanente na sessão realizada em 26 de maio de 1999 durante a Convenção que foi realizada na Guatemala.

Por ser um documento que não se refere somente à educação inclusiva, ele não traz muitas informações a esse respeito, mas com toda certeza cita a educação como um dos importantes meios para diminuir a discriminação em relação às pessoas com deficiência.

De início já conceitua algumas palavras chaves, como deficiência, que “...significa uma

restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social”. (BRASIL, 2001)

O que diferencia esse documento dos demais, é que seu objetivo está ligado à eliminação das formas de discriminação e não à inclusão escolar, portanto, não há uma visão de que a escola poderá transformar e resolver todos os problemas desse processo de incluir pessoas com deficiência na sociedade.

“Artigo III

Para alcançar os objetivos desta Convenção, os Estados Partes comprometem-se a:

1. Tomar as medidas de caráter **legislativo, social, educacional, trabalhista, ou de qualquer outra natureza**, que sejam necessárias para eliminar a discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência e proporcionar a sua plena integração à sociedade...” (BRASIL, 2001) (Grifo meu)

Para os demais documentos, apesar de trazerem a ideia de que todos devem estar envolvidos, ainda é a escola que recebe como responsabilidade a mudança da sociedade.

2.6 POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.

No ano de 2007, a Secretaria de Educação Especial - MEC apresenta o documento Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva que visa “(...) constituir políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos os alunos. ” (BRASIL, 2007)

Divide-se em seis tópicos: Introdução, Marcos históricos e normativos, Diagnóstico da Educação Especial, Objetivo da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, Alunos atendidos pela Educação Especial e Diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

Segundo esse documento a educação inclusiva está diretamente ligada aos direitos humanos, tão fortemente pregado por instituições internacionais, como a ONU e, seu braço para educação e cultura, a UNESCO:

“A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia e equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola.” (BRASIL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Os dados analisados no texto, se referem à educação especial comparando, o ano de 1998 com o de 2006. Todos os dados foram retirados do CENSO Escolar/MEC/INEP. Coletando dados a respeito: do “número geral de matrículas; da oferta da matrícula nas escolas públicas, das escolas privadas e privadas sem fins lucrativos; das matrículas em classes especiais, escola especial e classes comuns de ensino regular; do número de alunos do ensino regular com atendimento educacional especializado; das matrículas, conforme tipos de deficiência, transtorno do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação; da infraestrutura das escolas quanto à acessibilidade arquitetônica, à sala de recursos ou aos equipamentos específicos; e da formação dos professores que atuam no atendimento educacional especializado.” (BRASIL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2007 p. 1 e 2)

Segundo o diagnóstico feito houve um grande aumento, na maioria dos casos de mais de 100%, de matrículas das crianças com necessidades especiais, tanto em turmas de classes comuns como em escolas especiais. Essas matrículas diminuíram nas escolas particulares, enquanto as das escolas públicas aumentaram. O quadro a seguir mostra um rápido diagnóstico desse fenômeno:

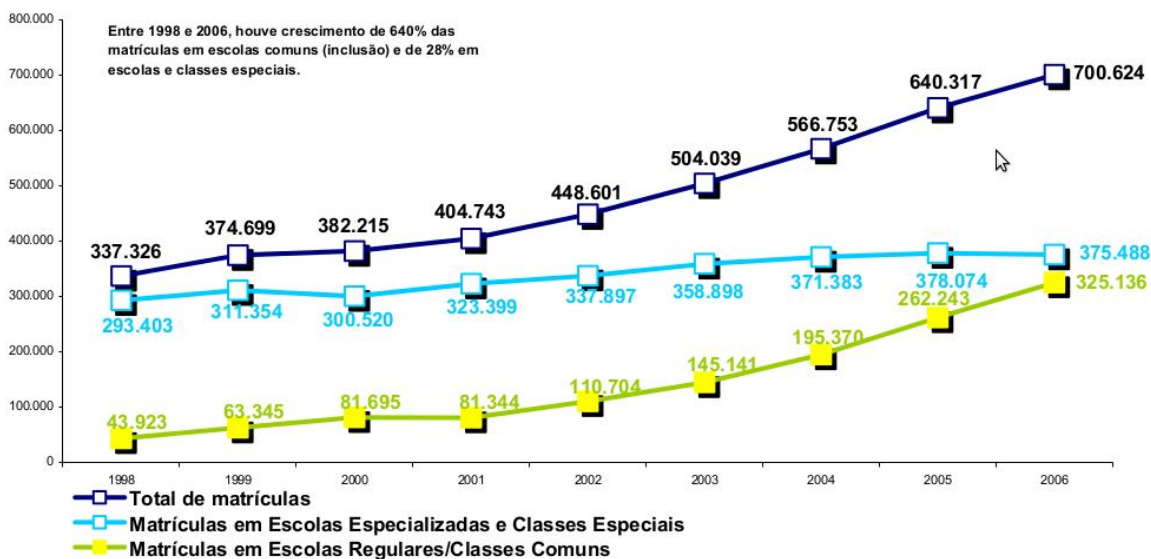


Figura 1 – matrículas das crianças especiais em escolas regulares de ensino.

Fonte: BRASIL, 2007, pp. 6

Houve aumento, também, na formação inicial dos professores. Em 1998, havia professores com formação inicial do ensino fundamental até a graduação. Boa parte dos professores nesse ano só possuíam ensino médio. Já em 2006, a maioria já estava com nível superior.

É oportuno fazer um breve parêntese e apresentar a análise dos dados do Censo 2011. Segundo o Censo da Educação Básica de 2011, continuou havendo um aumento nas matrículas de educandos com necessidades especiais nas turmas regulares de ensino (ver figura 02). Houve também aumento na porcentagem das matrículas nas escolas públicas e diminuído nas escolas particulares (ver figura 3): no resumo técnico do censo da educação básica de 2011, há uma comparação entre os anos de 2007 à 2011. Esse documento mostra, mais uma vez, um aumento nas matrículas das pessoas com necessidades especiais nas escolas regulares de ensino em todos os níveis de ensino (ver figura 2). Esses dados também mostram que cresce cada dia mais as matrículas nas escolas públicas (ver figura 3). As tabelas a seguir mostram os dados coletados:

Figura 2 – Número de Matrículas na Educação Especial por Etapa de Ensino Brasil – 2007 – 2011

Fonte: Censo Escolar da Educação Básica 2011 – Resumo Técnico, 2012, pp. 27

Ano	Total Geral	Classes Especiais e Escolas Exclusivas						Classes Comuns (Alunos Incluídos)					
		Total	Educação Infantil	Fundamental	Médio	EJA	Educação Profissional	Total	Educação Infantil	Fundamental	Médio	EJA	Educação Profissional
2007	654.606	348.470	64.501	224.350	2.806	49.268	7.545	306.136	24.634	239.506	13.306	28.295	395
2008	695.699	319.924	65.694	202.126	2.768	44.384	4.952	375.775	27.603	297.986	17.344	32.296	546
2009	639.718	252.687	47.748	162.644	1.263	39.913	1.119	387.031	27.031	303.383	21.465	34.434	718
2010	702.603	218.271	35.397	142.866	972	38.353	683	484.332	34.044	380.112	27.695	41.385	1.096
2011	752.305	193.882	23.750	131.836	1.140	36.359	797	558.423	39.367	437.132	33.138	47.425	1.361
Δ% 2010/2011	7,1	-11,2	-32,9	-7,7	17,3	-5,2	16,7	15,3	15,6	15,0	19,7	14,6	24,2

Fonte: MEC/Inep/Deed.

Nota: Não inclui matrículas em turmas de atendimento complementar e atendimento educacional especializado (AEE).

Figura 3 – Matrículas na Educação Especial por Rede.

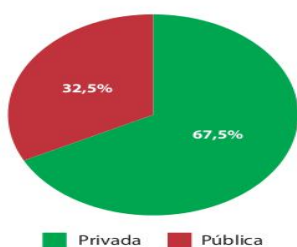


Gráfico 17 – Matrículas em Classes Especiais e Escolas Exclusivas Educação Especial – Brasil – 2011

Fonte: MEC/Inep/Deed.

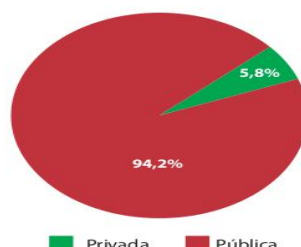


Gráfico 18 – Matrículas em Classes Comuns (Alunos Incluídos) – Educação Especial – Brasil – 2011

Fonte: MEC/Inep/Deed.

Fonte: Censo Escolar da Educação Básica 2011 – Resumo Técnico, 2012, pp. 30

Voltando ao documento da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, ele aponta os seguintes objetivos: Transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior; atendimento educacional especializado; continuidade da escolarização nos níveis mais elevados de ensino; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar; participação da família e da comunidade; acessibilidade urbanística, arquitetônicas, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. Porém, não há nenhuma previsão ou período específico para a concretização dos objetivos traçados.

Mais uma vez percebemos a importância da comunidade, que não está ligada somente à escola ou à população mas também ao governo, como promotora da inclusão social, que passa, também mas não unicamente, pela escolar. É interessante, notar que esse documento é um dos que mais menciona a educação especial sendo estendida para o ensino superior. Esse aspecto confere maior credibilidade à educação de crianças e adultos com necessidades educacionais especiais, e indica para um ensino verdadeiramente inclusivo.

Em seu quinto tópico, há a especificação de quem são as crianças atendidas pela educação especial, considerando-se “(...) pessoa com deficiência aquela que tem impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental ou sensorial que, em interação com diversas barreiras, podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade.” (BRASIL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2007, p. 9)

Dessa forma, o documento restringe a educação especial em apenas educação para crianças com deficiência, retirando dessa forma as crianças com atrasos ou dificuldades em acompanhar as crianças ditas normais, por motivos externos e também aqueles que possuem problemas de médio e curto prazo, como crianças que ficam doentes.

Essa é uma questão que deve ser muito bem analisada e estudada, pois é perceptível que cada legislação denomina e especifica seu conceito de educação especial e pessoa com necessidade especial, não permitindo determinação. Um exemplo, é que como já foi dito anteriormente, a Declaração de Salamanca, refere-se a pessoa com necessidade especial como todo aquele que possui deficiência ou dificuldade de aprendizagem.

Já em seu sexto e último tópico, apresentam-se as diretrizes da política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Seu maior enfoque está no atendimento educacional

especializado, ou seja, os reforços escolares no contra-turno para as pessoas com deficiência. Esse atendimento deve ser feito de forma a colaborar também com a forma de comunicação. Por exemplo, em relação à LIBRAS enuncia:

“Para o ingresso dos alunos surdos nas escolas comuns, a educação bilíngüe – Língua Portuguesa/Libras desenvolve o ensino escolar na Língua Portuguesa e na língua de sinais, o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua na modalidade escrita para alunos surdos, os serviços de tradutor/intérprete de Libras e Língua Portuguesa e o ensino da Libras para os demais alunos da escola. O atendimento educacional especializado para esses alunos é ofertado tanto na modalidade oral e escrita quanto na língua de sinais. Devido à diferença lingüística, orienta-se que o aluno surdo esteja com outros surdos em turmas comuns na escola regular.”(BRASIL, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2007, PP. 11)

Segundo QUEIROZ (2013), as escolas públicas do DF separam as classes de AEE em duas: a generalista e a específica. A generalista, chamada de Atendimento Educacional Especializado - AEE é responsável por acompanhar crianças com síndrome de Down, deficiência intelectual, deficiência física e Transtornos Global do Desenvolvimento – TGD. A classe específica, denominada de Atendimento Curricular Específico – ACE, acompanha os alunos com deficiência auditivas e visuais, desenvolvendo atividades como Libras, Português escrito, Português Oral e Ritmo.

Mais uma vez é mencionada a educação superior e todas as adaptações necessárias para receber os alunos com necessidade especial, além da formação dos professores, sendo que a formação inicial e continuada devem ser na área de docência e de educação inclusiva. As barreiras arquitetônicas também são levadas em conta e o envolvimento da sociedade e do governo através das políticas públicas necessárias para um acesso de qualidade à escola para as pessoas com necessidades especiais.

É possível observar que sua concepção de educação inclusiva está muito mais relacionada à educação, ao currículo e ao aprendizado do indivíduo, do que os demais documentos que tratam a inclusão escolar apenas como uma forma de se inserir e permitir o desenvolvimento do respeito à diversidade.

2.7 DECLARAÇÃO SOBRE DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.

Em 09 de julho de 2008, o então Presidente do Senado Federal, Garibaldi Alves Filho, e logo após, em agosto de 2009, o então Presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, decretaram a assinatura do Brasil no texto originado na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência que foi assinada em 30 de março de 2007, em Nova York.

Esta é mais uma Convenção que traz a preocupação da acessibilidade e da garantia dos direitos das pessoas com necessidades especiais, logo o documento não está centrado na educação, mas como sempre, sua participação é de suma importância e o artigo 24 está centrado nisso.

A educação, porém, não é o único fator que colabora com a inclusão e por isso deve-se observar alguns conceitos que influenciam direta ou indiretamente nesse processo. Começando por deficiência que segundo o documento:

“e) Reconhecendo que a deficiência é um conceito em evolução e que a deficiência resulta da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras devidas às atitudes e ao ambiente que impedem a plena e efetiva participação dessas pessoas na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas.” (BRASIL, 2008)

Pode-se perceber que diferente do documento de JOMTIEN que possui uma visão comportamental, a Convenção em Nova York já traça pensamentos e direciona a educação para uma teoria histórico-cultural, mais especificamente centrada nas concepções teóricas de Vigotski, já que, como visto no comentário acima, o contexto social é aspecto importante na gênese da deficiência.

Com isso, confirma-se que o processo de inclusão não está somente nas mãos da instituição escolar. São diversas as adaptações necessárias, sendo tanto físicas, a exemplo da acessibilidade em prédios, vídeos, textos, imagens, saúde, como psíquicas, ou seja, trabalhar contra o preconceito e a exclusão que atentam contra a dignidade da pessoa. Em geral, a concepção de inclusão, também estaria relacionada ao respeito pelo desenvolvimento das capacidades das crianças com necessidades especiais e pelo direito em preservar sua identidade. (BRASIL, 2008)

Qual seria, então, a função do processo de inclusão escolar nessa concepção? Além de fomentar uma atitude de respeito perante os direitos das pessoas com necessidades especiais e com os próprios, estaria o pleno desenvolvimento do potencial humano, assim como comentado na Declaração de Salamanca, trabalhando com as potencialidade físicas, intelectuais, artísticas, senso de dignidade e auto-estima. “Além do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos, pelas liberdades fundamentais e pela diversidade humana”. (BRASIL, 2008 p. 10)

Por ser um documento sobre os direitos, traz a obrigatoriedade da inclusão escolar, ou seja, nenhuma escola poderá rejeitar a matrícula de nenhuma pessoa que possua necessidade especial sob alegação de sua deficiência.

Traz uma novidade ao falar da conscientização da deficiência através da implementação e necessidade em reforçar a linguagem de sinais. Contempla em seu texto todas as deficiências, mas deixa de fora as crianças com Transtornos.

Ressalta-se a contratação de “(...) professores, inclusive professores com deficiência,

habilitados para o ensino da língua de sinais e/ou do Braille, e para capacitar profissionais e equipes atuantes em todos os níveis de ensino.” (BRASIL, 2007, p.29) além da necessidade de os Estados Partes fazerem as modificações necessárias para a inclusão na formação continuada, ensino superior e treinamento profissional.

A concepção de inclusão escolar nesta carta de direitos está muito mais completa do que as demais declarações já citadas, pois não só aponta os quesitos de incluir para trazer valores, como por exemplo o respeito para com a diversidade humana, para a sociedade, mas também o pleno desenvolvimento intelectual, físico, emocional e a capacitação profissional trazendo a oportunidade de uma vida independente.

2.8 LEI 10172, DE 09 DE JANEIRO DE 2001, PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 2001 – 2010

Antes de analisarmos o atual Plano Nacional de Educação, previsto para o decênio 2011 – 2020, iremos observar o que era mencionado no antigo Plano Nacional de Educação, previsto para o decênio 2001 – 2010, aprovado em 09 de janeiro de 2001, pela Lei 10.172 pelo então Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Segundo o documento, este foi o primeiro Plano Nacional de Educação com força de Lei e que envolveu metas para longo prazo.

O tópico oito daquele documento é destinado à educação especial. Logo de início defende o ideal de três escolhas para a criança com necessidade especial se matricular: em escola especial, escola regular e classe especial em escola regular. Mais adiante, fazendo um breve diagnóstico da educação especial no Brasil, traz dados referentes ao ano de 1998, mostrando que a educação está pouquíssimo preparada para receber tais crianças. Apenas 14% das escolas possuíam instalação sanitária para deficientes físicos, quase 60% dos municípios não ofereciam educação especial. Segundo os dados de 1997 predominavam turmas de classes especiais no atendimento de crianças com necessidades especiais, além de não haver registro de crianças com necessidades especiais na educação superior.

Uma incoerência do documento está na constatação de que: “Em relação à qualificação dos profissionais de magistério, a situação é bastante boa: apenas 3,2% dos professores (melhor dito, das funções docentes), em 1998, possuíam o ensino fundamental, completo ou incompleto, como formação máxima.” Apesar de compreender que o Brasil é um país tão grande e tem lugares tão

pobres e pouco desenvolvidas em comparação ao Sul, Sudeste e Centro-Oeste, não se pode considerar, nem naquele tempo nem atualmente, que é “situação bastante boa” haver professores sem formação para exercer tal função. A legislação mostra o pouco valor que o professor tem na sociedade, pois um dos poucos profissionais em que se é permitido exercer a função sem qualificação para tal.

O documento traz a visão de integração em suas diretrizes. Relembra o artigo 208, III da Constituição e aponta como uma política que abrange: “o *âmbito social*, do reconhecimento das crianças, jovens e adultos especiais como cidadãos e de seu direito de estarem integrados na sociedade o mais plenamente possível; e o *âmbito educacional*, tanto nos aspectos administrativos (adequação do espaço escolar, de seus equipamentos e materiais pedagógicos), quanto na qualificação dos professores e demais profissionais envolvidos.” (BRASIL, 2001)

Mais adianta frisa que a educação não é a única responsável pelo desenvolvimento e aprendizagem das crianças com necessidades especiais, e cita a área médica e psicológica como importantes para que esse processo de aprendizagem seja real, além do apoio de diferentes órgãos do Poder Público, principalmente os ligados a saúde, assistência e promoção social.

Ao falar sobre as crianças que devem ser direcionadas a classes especiais explica que as crianças com dificuldades de aprendizagem e de disciplina não devem ser transferidas para tais classes, mostrando que as classes especiais eram vistas como espaço para aqueles que não se encaixavam na educação regular.

Considera que os recursos destinados à educação especial deverão ser repassados para a escola regular quando houver crianças deficientes matriculadas, e que será uma porcentagem de apenas 6 ou 7%. Observando isso, pode-se concluir de que ainda não havia a expressão clara de em uma educação inclusiva já que não havia apoio financeiro a essa ideia.

Para os objetivos e metas orienta: 1) traçar a educação precoce; 2) apoiar o uso de tecnologia para a educação de crianças com necessidades especiais; 3) o ensino de Libras e publicação de livros em braille; 4) aumentar o número de escolas especiais e espaços de atendimento especializado em crianças com necessidades especiais; 5) formação de profissionais nos níveis de graduação e pós-graduação; 6) incluir matérias sobre as pessoas com necessidades especiais nas diversas áreas de conhecimento, como: arquitetura, enfermagem, medicina, psicologia, educação e outros. Esses são apenas alguns dos objetivos traçados para o decênio 2001 – 2010.

Analisando o documento, podemos perceber que ele está à frente em alguns pontos embora se mantenha muito atrás em outros. Apesar de compreender que a educação não pode e não deve se

responsabilizar sozinha por apoiar e ajudar no desenvolvimento e na aprendizagem das pessoas com necessidades especiais, nesse documento ainda se acredita que a educação deveria ser especial e dá suporte nas metas para que isso permaneça assim, possui uma visão integradora e se limita a dizer que as crianças que deverão ir a classes especiais são as que possuem necessidades especiais. Muito ainda é compreensível já que o Brasil possuía uma educação inclusiva muito precária e este é o primeiro PNE com força de Lei e de metas a serem atingidas.

2.9 PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 2011 – 2020

Para finalizar a análise dos documentos legais que estejam relacionados com a Educação Brasileira, principalmente os referentes à educação especial, há o Plano Nacional de Educação (PNE) que cobre o decênio 2011 – 2020.

Composto por 20 metas, que perpassam desde a educação infantil até a pós graduação, a formação continuada de professores e o investimento público para o ensino. Todos os pontos do PNE possuem um quadro um tanto quanto utópico, pois em sua maioria as metas estão em universalizar desde a educação infantil até o ensino médio de forma a atingir mais de 90% das crianças e jovens matriculados no sistema de ensino.

Segundo o Art. 3º do PNE, “As metas previstas no anexo desta Lei deverão ser cumpridas no prazo de vigência do PNE – 2011/2020, desde que não haja prazo inferior definido para metas específicas.” como é o caso da universalização da educação que deverá acontecer até 2016. O único ponto que deve ser observado para que não haja problemas futuros, é que o Brasil não procure criar uma educação somente apoiada em números, que como já dito anteriormente, tem sido discutido desde 1990 na Conferência de Jomtien. É preciso que haja uma qualidade na educação para que a universalização funcione verdadeiramente.

Já em seu Art. 8º, em que aponta que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar seus planos de educação de forma a adequar a sua realidade, há em seu §2º a preocupação de pontuar a obrigatoriedade de cada ente federado em assumir uma política de educação inclusiva em seus documentos.

A quarta meta do Plano é reservada para a educação especial:

“**Meta 4:** Universalizar, para a população de 4 a 17 anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino.” (BRASIL, 2010).

Para cumprir essa meta, são pontuadas estratégias entre as quais estão a contabilização das

matriculas de pessoas com necessidades educacionais especiais para o repasse do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), a ampliação da oferta do atendimento especial em escolas públicas, a implementação de salas de recursos e a formação dos profissionais da educação.

Das estratégias propostas, são mais significativas para o presente trabalho as 4.2, 4.4 e 4.5, por tratarem de ações que afetam diretamente o cotidiano escolar e trabalham com os professores, além de trazer as adaptações necessárias para que haja maior facilidade de acesso à educação:

“4.2) Implantar salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado complementar, nas escolas urbanas e rurais.

(...)

4.4) Manter e aprofundar programa nacional de acessibilidade nas escolas públicas para adequação arquitetônica, oferta de transporte acessível, disponibilização de material didático acessível e recursos de tecnologia assistiva, e oferta da educação bilíngue em língua portuguesa e Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.

4.5) Fomentar a educação inclusiva promovendo a articulação entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado complementar ofertado em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em instituições especializadas.” (BRASIL, 2010)

O documento procura garantir que haja articulação entre o ensino em sala de aula regular e o atendimento educacional especializado. Isso proporcionará uma linha de raciocínio para a criança e permitirá que haja aprendizado. Quanto ao ponto 4.4 é interessante ressaltar que é necessário haver acessibilidade tanto arquitetônica quanto do material e a educação bilíngue. O que, porém, deve ser analisado, é a possibilidade e viabilidade desse ensino bilíngue em sala de aula, já que é preciso inicialmente a formação adequada para a inserção de professores de Libras e a contratação dos mesmos. O documento não deixa claro como irá atingir tal meta.

O que diferencia esse documento dos demais, é que antes de seu texto final, o Ministério da Educação promoveu a Conferência Nacional de Educação – CONAE. O evento foi realizado em Brasília, DF, de 28 de março a 01 de abril de 2010. A CONAE foi “um espaço democrático aberto pelo Poder Público para que todos possam participar do desenvolvimento da Educação Nacional.”⁶ O tema da Conferência foi “Construindo um Sistema Nacional Articulado de Educação: Plano Nacional de Educação, suas diretrizes e estratégias de ação”.

A CONAE permitiu que a população pudesse estar presente nas discussões que serviram de base para o texto do PNE 2011 – 2020. É interessante frisar que ela aconteceu um ano antes da provável aprovação do PNE, embora o PNE ainda seja um projeto-lei pois não foi aprovado pelo

⁶ (retirado do site: <http://conae.mec.gov.br/index.php> acessado em 03h17 do dia 16 de fevereiro de 2013).

Congresso Nacional.

É importante lembrar que o PNE é um documento nacional e que cada Estado deveria ter o seu plano interno que esteja mais de acordo com a realidade local.

O documento é sucinto, mas isso não influencia na compreensão de seu texto já que houve participação da população em seu texto e possuir um espaço online de acompanhamento da CONAE (site).

2.10 DECRETO Nº 7.611, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011

O Decreto nº 7.611, foi decretado pela então presidente Dilma Rousseff e dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.

Diferente da maioria dos documentos, este é bem simples. O que não o diminui, já que seu texto está mais para um resumo dos documentos que tratam sobre a educação especial na perspectiva inclusiva. Trazem também algumas novidades, como por exemplo a formação não só de professores, mas de gestores e demais profissionais da educação envolvidos com a escola regular inclusiva. Traz também a educação em todos os níveis e preparação das instituições federais de ensino superior para receber as pessoas com necessidades especiais.

Para este decreto, “considera-se público-alvo da educação especial as pessoas com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades e superdotação.” (BRASIL, 2011)

É perceptível, também, uma visão histórico-cultural no documento, já que o mesmo aponta diversas vezes a necessidade de mudanças, na estrutura arquitetônica e demais formas de acesso ao ambiente, à informação e outros. Essas mudanças devem ser feitas para eliminar as barreiras que possam dificultar a inclusão das pessoas com necessidades especiais.

2.11 ORIENTAÇÃO PEDAGÓGICA DA SEE-DF, SERVIÇO ESPECIALIZADO EM APOIO À APRENDIZAGEM.

Com as exigências advindas das legislações brasileiras, o Distrito Federal se organiza para obedecê-las e oferecer as condições necessárias para uma educação inclusiva nas escolas da rede pública. Para isso oficializa legalmente, em 2008, um serviço que historicamente já existia e funcionava nas escolas regulares, porém ainda não possuía nenhuma orientação para a organização

de seu funcionamento, as equipes especializadas de apoio à aprendizagem.

Segundo o documento, as EEAA são constituídas por profissionais de pedagogia e psicologia e são responsáveis por dar apoio técnico-pedagógico de caráter multidisciplinar. Fazendo intervenções com o professor, a família do aluno e o próprio aluno, seu objetivo está na “(...) melhoria da qualidade do processo de ensino e aprendizagem (...)” (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, 2010)

Dividido em tópicos o documento também traz contextualização histórica, legal e teórica sobre a educação inclusiva e o atendimento especializado.

Em seu histórico o documento apresenta sua visão a respeito da equipe pedagógica dos anos 1980, que na época denominavam-se Equipes de Diagnóstico / Avaliação Psicopedagógica do Ensino Especial e Equipes de Atendimento Psicopedagógico. No documento, daquela época, predominavam concepções inatistas e portanto a educação especial estava centrada na criança de forma a tentar diagnosticá-la.

Nos anos 1990, há uma mudança conceitual, mostrando que a concepção mais adequada estaria ligada a uma educação centrada nas práticas pedagógicas de que o professor utiliza para atingir os diferentes processos de desenvolvimento de seus educandos. Para isso era necessário investir na preparação do professor, proporcionando-lhe espaços de discussão sobre desenvolvimento, aprendizagem e métodos e técnicas de ensino (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, 2010).

O documento também deixa claro que a responsabilidade dessa equipe não está em atender apenas crianças com diagnósticos ou com dificuldades de aprendizagem devido alguma deficiência ou transtorno, sua ação está além disso, como explicita o parágrafo a seguir:

“Dentro dessa visão, a ação da educação especial amplia-se, passando a abranger não apenas as dificuldades de aprendizagem relacionadas a condições, disfunções, limitações e deficiências, mas também aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específica, considerando que, por dificuldades cognitivas, psicomotoras e de comportamento, alunos são freqüentemente negligenciados ou mesmo excluídos dos apoios escolares.” (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, 2010 pp. 43-44).

A orientação conta com um capítulo específico para a fundamentação teórica que dá base à equipe pedagógica e o documento regulador. Como abordagem teórica utiliza a perspectiva socio-histórica em suas concepções.

O documento traz uma visão que especifica um dos motivos do ambiente escolar ser o principal espaço para se começar o processo de inclusão. Devido às diversas relações que se

encontram em uma escola, ela se torna um espaço onde se recebe influência da sociedade que está em constante discussão a respeito da educação e de seus autores mais próximos (professores, servidores, diretores, alunos e outros). A escola também pode e deve influenciar tanto a sociedade quanto os indivíduos que nela estão.

O documento ressalta a importância de um ensino não mais centrado na criança e em seu diagnóstico, mas em todo o seu contexto social e como esse pode ser utilizado para um ensino de qualidade.

Um dos passos que a SEEDF, por meio desse documento, considera importante no processo de inclusão é o mapeamento institucional. Uma forma das equipes de apoio compreenderem melhor o espaço e poderem realizar um trabalho de acordo com a realidade da escola. As EEAA também se tornam parte da equipe escolar, a medida que vão se inserindo no contexto da escola, participando de reuniões e coordenações pedagógicas. Uma forma de contribuírem e estarem em sintonia com os professores.

2.12 Para entender a pesquisa

Após a análise de tantas legislações e documentos internacionais que insistentemente revêm quesitos e obrigatoriedade de uma educação inclusiva, pergunta-se o porquê da continuidade de relatos sobre a falta de preparo dos sistemas e das pessoas que nelas atuam para receber os educandos com necessidades especiais.

Para tentar responder a essa questão foi gerada a hipótese de que a concepção dos envolvidos na área educacional influencia nos relatos. Entre tantos outros aspectos, parte dessa questão poderia decorrer da formação inicial de futuros pedagogos e como eles percebem aspectos que estão dispostos nos documentos legais. Por isso, foi decidido fazer a experiência de pesquisa com os alunos das únicas matérias obrigatórias sobre educação especial/inclusiva do currículo de Pedagogia da FE – UnB. Os professores da FE também participaram da experiência de pesquisa por serem os formadores dos futuros pedagogos.

Para refletirmos sobre o exposto, é preciso falarmos sobre o currículo da FE da UnB. Durante os quatro anos de graduação, o estudante de Pedagogia tem apenas duas matérias sobre educação especial/inclusiva obrigatórias em seu currículo, como já mencionado. As matérias são feitas nos primeiros semestres de curso e fica a cargo do aluno a escolha por fazer ou não outras matérias optativas da área. As disciplinas obrigatórias são: “O Educando com Necessidade

Educacional Especial” e “Aprendizagem e Desenvolvimento do Portador de Necessidade Educacional Especial”

Segundo o Plano de Curso⁷ das mesmas, o foco principal não está em ter experiências com a criança, mas em conhecer abordagens teóricas sobre a deficiência e o processo de aprendizagem e desenvolvimento do educando.

Se formos um pouco mais longe, na formação do professor da UnB e grande parte das licenciaturas não possuem nenhuma matéria obrigatória na área de educação especial⁸.

Um primeiro passo para que a inclusão seja efetiva é a formação dos profissionais de educação.

Tendo conhecimento disso, será apresentado no capítulo a seguir a pesquisa realizada com os professores da faculdade de educação da UnB, formadores de futuros professores, e com os estudantes das matérias de ENEE e ADPNEE.

7 Anexo 2 e 3 págs. 64 e 66 respectivamente.

8 Essa informação foi pesquisada através dos fluxos dos cursos de licenciaturas da UnB, presente no site da matriculaweb. Site: https://wwwsec.serverweb.unb.br/matriculaweb/graduacao/curso_rel.aspx?cod=1

OBJETIVOS

Problema de pesquisa: Quais são as concepções sobre inclusão de professores e alunos da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, em relação à documentação legal brasileira?

Objetivo Geral: Analisar as concepções de professores e alunos da FE UnB a luz de aspectos da legislação brasileira sobre a educação especial na perspectiva da educação inclusiva.

Objetivos específicos:

- Investigar os paradigmas da educação especial na perspectiva inclusiva encontrados na história da educação especial;
- Identificar as concepções da educação especial na perspectiva inclusiva encontrados nos documentos legais;

CAPÍTULO III

METODOLOGIA

O presente trabalho tem por objetivo fazer um levantamento analítico das concepções encontradas nos discursos dos professores e alunos da Faculdade de Educação à luz da legislação.

Este capítulo traz os passos para a realização da experiência de pesquisa feita por meio de questionário que foi aplicado no início de 2013.

3.1 Sujeitos da pesquisa

A pesquisa foi realizada com os professores e alunos da FE-UnB, pois, os mesmos são os formadores dos prováveis professores da rede pública do DF e futuros professores, respectivamente e, como já explicitado em diversos documentos dos que foram analisado, a formação dos professores é parte importante desse processo.

O questionário foi entregue a todos os professores da FE e aos alunos de duas disciplinas do curso de Pedagogia: “O educando com necessidades educacionais especiais” (ENEE) e uma de “Aprendizagem e Desenvolvimento do Portador de Necessidades Educacionais Especiais” (ADPNEE). Como já explicitado, essas são as duas únicas disciplinas obrigatórias do curso que tratam da educação especial/inclusiva.

Para compreender melhor o objetivo de cada disciplina, foi pesquisado no site da Faculdade de Educação da UnB um plano de ensino (PE)⁹ de cada disciplina. Segundo o PE da matéria de Educando, o objetivo da disciplina é refletir sobre a educação inclusiva, o sujeito que ela engloba, a significação e implicações da educação inclusiva entre outros. Em seu conteúdo programático, temos a história da educação especial e inclusiva, conceitos de integração e inclusão, políticas públicas para a inclusão, o serviço especializado e outros temas.

Já a matéria de Aprendizagem e Desenvolvimento da Pessoa com Necessidade Educacional Especial, tem por objetivo, como o próprio nome diz, compreender os processos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças com NEE, conhecer perspectivas históricas sobre o tema, compreender os fatores que interferem no processo de desenvolvimento. Para isso trabalha as diferentes correntes teóricas na relação aprendizagem e desenvolvimento e como elas são aplicadas a educação dos ENEE, a formação de professores, impedimentos arquitetônicos e sociais para a inclusão, acessibilidade e demais temas.

9 Anexos 2 e 3.

3.2 Instrumento de Pesquisa

Foram elaborados dois questionários¹⁰ que se diferenciam apenas na questão de identificação, onde pede-se a especificação da matéria cursada para os alunos ou o departamento do professor. Para montar a segunda questão, foram utilizados como apoio trechos de algumas das legislações analisadas. A tabela a seguir mostra a relação entre as legislações e as frases que constam no questionário aplicado:

Quadro 2: Frases do questionário X Trechos de legislações

Trechos das legislações	Frases do questionário
Artigo 4º “III- atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino.” (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional)	a) A escola deve ter por objetivo o aprendizado do educando. Por isso, as crianças com necessidades educacionais especiais que não se adequem no ensino regular não precisam frequentá-lo, pois podem ter esse objetivo atingido através da educação especial.
Introdução 3: “(…) o estabelecimento de tais escolas é um passo crucial no sentido de modificar atitudes discriminatórias, de criar comunidades acolhedoras e de desenvolver uma sociedade inclusiva.” (Declaração de Salamanca: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais) Objetivo: Objetivo geral: “Promover a melhoria da qualidade do processo de ensino e aprendizagem (...)” (Orientação Pedagógica – Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem. Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal)	b) Quando falamos em educação inclusiva, precisamos ter em mente que seu maior objetivo está em proporcionar um espaço de socialização para as crianças com deficiência. c) A educação inclusiva não pode ser reducionista a ponto de achar que seu objetivo está apenas em proporcionar um ambiente de socialização ou de aprendizagem. Seu objetivo deve estar em juntar as duas questões, proporcionando um ambiente de aprendizagem e socialização para todos.

10 Apêndice 1 e 2 presentes nas páginas 59 e 61, respectivamente.

<p>Artigo III</p> <p>“Para alcançar os objetivos desta Convenção, os Estados Partes comprometem-se a:</p> <p>1. Tomar as medidas de caráter legislativo, social, educacional, trabalhista, ou de qualquer outra natureza, que sejam necessárias para eliminar a discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência e proporcionar a sua plena integração à sociedade...” (Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Pessoas Portadoras de Deficiência)</p>	<p>d) Não devemos ter por objetivo uma educação inclusiva. O objetivo da escola é o de ensinar e proporcionar aprendizado real e de qualidade. É papel da sociedade incluir as pessoas com necessidades especiais e não apenas da escola, por isso o conceito de educação inclusiva é muito restrito.</p>
--	--

3.3 Aplicação de questionário

A entrega dos questionários foi feita em mãos para 20 professores conhecidos e para os demais, os questionários foram colocados em seus escaninhos. Foi pedido aos professores que devolvessem o questionário respondido na Secretaria de Graduação onde se encontrava um envelope com identificação da estudante e do Trabalho Final de Curso.

Foi escolhida uma das seis turmas de ENEE e uma das cinco turmas de ADPNEE, que foram ofertadas durante o segundo semestre de 2012 no campus Darcy Ribeiro, para aplicar o questionário. Para os alunos da turma de ENEE, o questionário foi aplicado em sala de aula, no dia 31 de Janeiro de 2013. Na turma de ADPNEE, o questionário foi disponibilizado na plataforma aprender utilizada como contexto virtual complementar ao contexto presencial da disciplina.

No universo de 97 professores, apenas 15 responderam. Abaixo segue quadro explicativo de número de professor, segundo o site da Faculdade de Educação, e total de questionários respondidos por departamento:

Quadro 3: Quadro de professores da FE

Professores FE							
Professores:	PAD	18	Questionários Respondidos:	PAD	3	Não responderam	15
	MTC	39		MTC	4		35
	TEF	40		TEF	8		32
	Total:	97		Total:	15	Total:	81

Já com os estudantes, em um universo de 26 alunos na matéria de ENEE, apenas 9 alunos responderam. Na matéria de ADPNEE, de 25 alunos, 16 responderam.

Foi constatado que houve pouco retorno tanto dos alunos quanto dos professores. Fica a reflexão do porquê desse ocorrido, tendo como hipóteses: a extensão do questionário, o esquecimento e a falta de interesse. Essas hipóteses foram feitas através de observações e comentários de professores e alunos ao responderem o questionário ou ao verem a pesquisadora.

3.4 Metodologia de análise

Os dados foram analisados de duas formas. Primeiramente foi feita uma análise quantitativa das respostas através de um quadro com os dados e as respostas dos professores e dos alunos e o seu total.

Em seguida foi feita a análise qualitativa, analisando pergunta por pergunta. Para isso separamos os questionários em dois grupos, os dos professores e os dos alunos.

Capítulo IV

Análise dos Dados

Com o objetivo de facilitar a compreensão da análise feita, cada questão foi dividida em uma categoria com um nome específico:

A) Educação Especial como espaço de ensino para as pessoas com necessidades educacionais especiais;

B) Socialização como meta principal da educação;

C) Socialização e aprendizagem como metas principais da educação; e

D) Uma sociedade inclusiva no lugar de uma escola inclusiva.

Para analisar os dados de forma quantitativa, foi montado quadros com o total de respostas por questão para cada grupo de pesquisados:

Quadro 4: Análise quantitativa dos questionários dos alunos.

Respostas dos alunos

		a)Educação Especial		b)Socialização como meta		c)Socialização e aprendizagem como meta		d)Sociedade inclusiva	
		S	N	S	N	S	N	S	N
Alunos	ENEE	2	7	6	3	9	0	0	9
	ADPNEE	2	14	6	10	16	0	4	11
Total:		4	21	12	13	25	0	4	20
Em branco:		0		0		0		0	

Legenda: S = Concordo

N = Não concordo

Quadro 5 – Análise quantitativa dos questionários dos professores.

Respostas dos Professores

		a)Educação Especial		b)Socialização como meta		c)Socialização e aprendizagem como meta		d)Sociedade inclusiva	
		S	N	S	N	S	N	S	N
Alunos	TEF	2	5	3	4	8	0	2	4
	PAD	2	2	1	3	4	0	2	1
	MTC	0	4	1	3	4	0	1	3
Total:		4	10	5	9	15	0	4	8
Em branco:		1		1		0		3	

Legenda: S = Concordo
N = Não concordo

Em uma rápida análise, é possível perceber que de todas as questões do questionário, a categoria C, que corresponde a educação inclusiva, como espaço de aprendizado e socialização para os educandos, foi a única que todos concordaram ser adequada. As demais questões obtiveram inconsistência nas respostas. A categoria a favor da educação especial como opção e a categoria de Sociedade inclusiva possuem maior disparidade entre as respostas, enquanto a categoria b, de que o maior objetivo da escola é a socialização obteve média intermediária em relação as respostas. Em cinco questionários os respondentes deixaram questões em branco. Segundo um dos professor, ele concorda em partes com a categoria b, três professores disseram que o enunciado da categoria d estava confuso e um não explicou, apenas deixou a questão em branco.

Após refletir sobre as respostas dos professores em relação a confusão a respeito da categoria d, percebemos que houve falha ao elaborar a questão, que tem como texto inicial: *Não devemos ter por objetivo uma educação inclusiva. O objetivo da escola é o de ensinar e proporcionar aprendizado real e de qualidade. É papel da sociedade incluir as pessoas com necessidades especiais e não apenas da escola, por isso o conceito de **educação inclusiva** é muito restrito.*

Talvez, se retirado a frase inicial, “Não devemos ter por objetivo uma educação inclusiva”, a questão estaria mais adequada ao que foi inicialmente pensado pela pesquisadora.

4.1 Análise dos questionários dos alunos:

Primeira questão: A escola deve ter por objetivo o aprendizado do educando. Por isso, as crianças com necessidades educacionais especiais que não se adequem no ensino regular não precisam frequentá-lo, pois podem ter esse objetivo atingido através da educação especial.

Nesta questão, os alunos de ENEE responderam em sua maioria que não concordam. Em suas justificativas, os estudantes apontam que a escola especial diferencia os alunos com necessidades especiais, que se a adaptação não acontece é por falta de preparo da escola regular e afirmam que a educação é um direito da pessoa. Já os estudantes que concordam afirmam ser escolha do educando onde irá estudar. Um dos alunos que concorda afirma que “Algumas pessoas, não só as com deficiência, não se adaptam ao ensino regular.”

É importante lembrar que a educação deve estar centrada na criança e no comodismo do processo de ensino e aprendizagem. É interessante ressaltar um dos comentários que nos faz refletir do papel da educação especial:

“Muitas vezes escolas de educação especial não atendem como escolas normais, elas próprias já diferenciam os alunos, julgam que quem tem necessidade educacional não precisa de preparo como os que não tem.”

Talvez essa concepção seja decorrente da força com que o senso comum cobre uma visão de que as escolas especiais tem se tornado espaço de depósito das crianças com deficiência.

Os alunos da matéria de Aprendizagem e Desenvolvimento do Portador de Necessidade Educacional Especial, também afirmaram, em sua maioria, que não concordam com a frase. Dentre os motivos citados temos: a importância da socialização para o aprendizado de todas as crianças, a educação como direito de todos mencionando inclusive o Plano Nacional de Educação como tendo perspectivas para a educação inclusiva, a escola especial como forma de exclusão social, a despreparação dos professores e funcionários como maior dificuldade na inclusão, problema que deve ser tratado para que haja melhor aprendizado e no processo de ensino e aprendizado a criança como foco e portanto a adequação da escola em função ao educando e não o contrário.

Os comentários feitos por essa turma, nos possibilita uma discussão importantíssima. Alguns trechos para ajudar na reflexão:

“A escola de Educação Especial cumpre um importante papel, ao trabalhar cada defeito de forma específica... Mas não inclui esta criança. Esta criança virá a se tornar um adulto

excluído.”

“Acredito que a educação inclusiva é um passo muito delicado para algumas crianças, infelizmente em nosso país muitas vezes os professores e os funcionários da escola não estão prontos para receber uma criança com necessidades especiais. Sendo assim, a adaptação da criança fica difícil, confusa e às vezes ineficaz. Fiz um trabalho para a faculdade na disciplina de OEB, e fui pesquisar e visitar algumas vezes uma escola de ensino especial na cidade de XXXX¹¹- DF, e presenciei casos de crianças e jovens que não se adaptavam na educação regular, mas ali com todo o apoio, com toda a especialização dos envolvidos e com toda uma organização especial se desenvolveram bastante. Reflito assim, que se essas crianças tivessem sido obrigadas a ficar no ensino regular sem uma adaptação isso não teria ocorrido, poderiam ter desistido da escola, ou até mesmo caído em um fracasso escolar. Sou a favor da educação inclusiva e acho que ela deve acontecer, mas cada criança é uma, e 'obrigar' todas a inclusão me parece 'massificação'.”

A problemática lançada nessas questões são bem interessantes, por tratarem de dois reais problemas para a educação inclusiva. Tendo como base que a educação é um importante meio para a transformação da sociedade, a criança que não viver em sociedade, dificilmente irá se encaixar nessa realidade, porém, não podemos sujeitar a criança com deficiência a uma vida sem o processo de ensino e aprendizagem. Oliveira argumenta:

“é através da relação interpessoal concreta com outros homens que o indivíduo vai chegar a interiorizar as formas culturalmente estabelecidas de funcionamento psicológico. Portanto, a interação social, seja diretamente com outros membros da cultura, seja através dos diversos elementos do ambiente culturalmente estruturado, fornece a matéria-prima para o desenvolvimento psicológico do indivíduo.” (OLIVEIRA, 1993, PP. 38)

Refletindo sobre o exposto, voltamos a questão da importância da educação não estar centrada apenas em números de matrículas, mas em proporcionar aprendizagem para a criança com necessidade especial. Tendo como base que o outro é fundamental para que haja esse aprendizado, é importante a presença da criança na escola regular.

Segunda questão: Quando falamos em educação inclusiva, precisamos ter em mente que seu maior objetivo está em proporcionar um espaço de socialização para as crianças com deficiência.

Os estudantes de Educando, em sua maioria afirmam concordar com a expressão acima

11 Para preservar o nome e provável local da pesquisa, o nome da cidade foi retirado.

citada, pois colocam a socialização como fundamento importante no processo de aprendizagem e de desenvolvimento do educando.

Dos estudantes da matéria de aprendizagem e desenvolvimento que afirmam concordar com a afirmação, explicam que a socialização é de fundamental importância para a aprendizagem do educando. Enquanto isso, os que questionam a afirmativa, explicam que a educação não pode se reduzir a socialização, mesmo esta sendo muito importante para o aprendiz, a socialização deve ser um meio e não um fim em si mesma. Um dos relatos mostra além de tudo uma visão de uma inclusão e não integração escolar:

“Não concordo porque entendo que uma educação inclusiva visando apenas a socialização de espaço é limitada, reduzida. Um dos objetivos talvez seja proporcionar espaço de socialização, **mas também deve ser levado em consideração a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças com necessidades educacionais especiais, bem como das crianças sem nenhuma deficiência.**” (grifo meu)

Terceira questão: A educação inclusiva não pode ser reducionista a ponto de achar que seu objetivo está apenas em proporcionar um ambiente de socialização ou de aprendizagem. Seu objetivo deve estar em juntar as duas questões, proporcionando um ambiente de aprendizagem e socialização para todos.

Na terceira questão, todos concordam com a afirmação. Todos os estudantes, tanto da matéria de educando quanto da matéria de aprendizagem e desenvolvimento, reafirmam o que já foi dito nas questões anteriores. A educação não pode se reduzir a socialização e deve trabalhar os dois lados. Há afirmações de que “como o meio é essencial para o desenvolvimento intelectual, emocional e sócio-afetivo, isto infere dizer que a aprendizagem e a socialização são uma unicidade para o aprendiz da criança com necessidades educacionais especiais.” O problema em se ter essa concepção como base, é cair no erro de acreditar que a socialização permite o aprendiz sozinho. É necessário lembrar que para se aprender é preciso que o ambiente seja favorável para isso. O professor deve tirar dúvidas, permitir que educandos conversem e resolvam problemas entre si, tirando suas dúvidas uns com os outros e que se passe o que se quer ser ensinado. Por isso a mediação é aspecto importante do processo de ensino e aprendizagem. Segundo OLIVEIRA (1993), “A presença de elementos mediadores introduz um elo a mais nas relações organismo/meio, tornando-as mais complexas. (...) Vigotski trabalha, então, com a noção de que a relação do homem com o mundo não é uma relação direta, mas, fundamentalmente, uma relação mediada.” (pp. 27)

Um dos educandos de ADPNEE cita as salas de recursos como espaço para a aprendizagem:

“A educação inclusiva é algo que deve ajudar a criança na sua aprendizagem e na sua socialização, pois a sala de recursos serve para o desenvolvimento da sua aprendizagem, mas a socialização ajuda a desenvolver o social da criança e a sua formação cultural, aprender a se relacionar com os outros, a crianças mesmo com alguma necessidade deve se sentir parte do meio escolar.”

Quarta Questão: Não devemos ter por objetivo uma educação inclusiva. O objetivo da escola é o de ensinar e proporcionar aprendizado real e de qualidade. É papel da sociedade incluir as pessoas com necessidades especiais e não apenas da escola, por isso o conceito de **educação inclusiva** é muito restrito.

Nessa questão, todos os alunos de ENEE afirmam não concordar com a frase. Segundo eles, a escola é espaço de transformação social e portanto é preciso que a escola inicie o processo de inclusão. Dessa forma possibilitará, ao educando, com ou sem deficiência, uma inclusão social em outros locais em que irá conviver. Essa concepção de educação transformadora foi encontrada diversas vezes nas legislações analisadas. Esse conceito vêm, principalmente, de Paulo Freire, que afirma:

“É impossível, na verdade, a neutralidade da educação. E é impossível, não porque professoras e professores 'baderneiros' e 'subversivos' o determinem. A educação não vira política por causa da decisão deste ou daquele educador. Ela é política.” (FREIRE, 1996, PP. 110)

Os alunos da turma de ADPNEE, afirmam em sua maioria que não concordam com a questão apresentada, pois a escola possui um importante papel na sociedade, sendo ela transformadora da mesma. A escola é a iniciadora do ideal inclusivo e a sociedade responsável por perpetua-lo. Para isso, um dos estudantes definiu o termo inclusão para exemplificar sua opinião:

“Inclusão é um conceito bem amplo, consistindo em aceitar, respeitar, proporcionar superação das dificuldades, etc., e isso perpassa todos os segmentos da sociedade, inclusive a escola.”

Um dos estudantes que concordam com a afirmação, explica que a sociedade deve sim ser a responsável pelo processo de inclusão, pois está garantido na lei os direitos de tais pessoas a uma vida social inclusiva.

4.2 Análise dos questionários dos professores:

Primeira questão: A escola deve ter por objetivo o aprendizado do educando. Por isso, as crianças com necessidades educacionais especiais que não se adequem no ensino regular não precisam frequentá-lo, pois podem ter esse objetivo atingido através da educação especial.

Na categoria da Educação Especial, a maioria dos professores respondeu não concordar com a questão. Das respostas afirmativas, um dos professores, expõe que concordar por ser o que está explicitado na Constituição Federal e na LDB, enquanto um segundo, acredita que a inclusão só poderá ser efetiva com a formação adequada para os docentes e para os atuais estudantes e futuros professores.

Dentre os comentários, há também aquele que acredita que a escola não está preparada para receber todo tipo de educando com necessidade especial:

“Sabemos que há tipos e graus de deficiência muito variáveis. A escola regular pode adequar seu funcionamento a certos casos de portadores de necessidades especiais (cegueira, por exemplo), mas não a todos. É necessário que existam instituições educacionais especializados no acolhimento de crianças portadoras de deficiências mais graves.”

Beyer explica:

“Haveria, em princípio, uma proposta de lei para sustar a fragmentação entre os sistemas escolares. Alguém poderia observar que em nosso país as leis são feitas para não serem cumpridas. Um argumento contrário a este seria que, sem pressão externa, não haveria iniciativas ou busca de mudança. A grande questão (tendão de Aquiles?) que se faz, porém, é se as condições das escolas (em princípio, responsabilidade dos gestores educacionais) viabilizam uma resposta satisfatória ao projeto da educação inclusiva.” (BEYER, 2010, pp. 22).

Os demais professores, afirmam que a escola deve ser espaço de inclusão, onde toda criança deve exercer seu direito de aprender e com a devida preparação dos professores toda criança poderá se desenvolver de forma adequada. Segundo uma das professoras:

“Um dos principais objetivos da escola é se configurar como um espaço de aprendizagem, onde todas as crianças aprendam o tempo todo. Outro objetivo é armar laço com o social,

logo, é a escola que deve se adequar aos alunos e não o inverso, o que ratificaria a lógica de normalização dos sujeitos.”

Os dois comentários possuem concepções contrárias. E fica a pergunta de quem ou o que é “responsável” por se adequar a o que ou quem.

Ainda é comentado de que a segregação das pessoas com necessidades especiais “(...) reduzem as oportunidades e possibilidades de aprendizagem junto ao 'outro'.”

Professores que não concordaram com a afirmativa, argumentam que o aprendizado se dá com o outro e por isso a diversidade é importante e com ela é possível que os educandos com necessidades especiais e os educandos sem necessidades especiais aprendam um com o outro. Um dos professores afirma que a importância da inclusão escolar também está em colaborar para uma sociedade mais tolerante e respeitável. O que nos lembra a Declaração de Salamanca, que afirma ser importante a o papel da escola no processo de inclusão para educar para o valor de uma sociedade inclusiva.

As afirmações seguem uma teoria histórico-cultural, como vimos em alguns comentários e umas poucas legislações. Essas concepções estão, mais uma vez, centradas nos estudos de Vigotski. Segundo MADEIRA-COELHO:

“O desenvolvimento das funções psicológicas superiores caracteristicamente humanas (...) é singularizado pela experiência da mediação simbólica. Desta forma, o outro social é parte integrante dos processos de desenvolvimento mediados pela unidade cognição-afeto e a fonte do desenvolvimento, portanto, é a aprendizagem formal mais a comunicação e a cooperação com o adulto ou parceiro mais experiente. (...) Compreende-se, assim, como o meio social, cultural e histórico são constitutivos do desenvolvimento humano e as dicotomias individual/social, natureza/cultural e biológico/social são superadas.”
(MADEIRA-COELHO,)

Segunda questão: Quando falamos em educação inclusiva, precisamos ter em mente que seu maior objetivo está em proporcionar um espaço de socialização para as crianças com deficiência.

A categoria seguinte, teve 7 não concordo, 3 concordo e 1 sem resposta. Segundo a professora que não escolheu entre as alternativas, a falta de escolha se deu por acreditar que a socialização é um papel importante e a escola deve proporcioná-lo, porém não deve se centrar apenas na socialização e esquecer a aprendizagem. Deve ser ambos.

De todas as respostas vistas, mesmo as que concordam com a afirmação exposta no

questionário, todos os professores afirmam que a socialização é sim um objetivo importante para ser alcançado, porém não é o único e deve estar atrelado a aprendizagem. Para um dos professores, é possível considerar essa afirmação um crime:

“Na verdade isto pode ser considerado pela legislação como um crime. A escola é o espaço onde se dá o processo de aprender e ensinar e a socialização se encontra presente nessas ações pedagógicas.”

Essa afirmativa pode ser confirmada por meio da Constituição Federativa do Brasil que afirma, “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família (...)”. Logo, a simples inserção da criança na escola, mas sem o processo de ensino e aprendizado, não é considerado educação.

Terceira questão: A educação inclusiva não pode ser reducionista a ponto de achar que seu objetivo está apenas em proporcionar um ambiente de socialização ou de aprendizagem. Seu objetivo deve estar em juntar as duas questões, proporcionando um ambiente de aprendizagem e socialização para todos.

A terceira categoria, que trabalha com o conceito de que a escola precisa se preocupar com o aprendizado e a socialização de todos os educandos, todos os professores concordaram com a frase. Com as mesmas afirmações das questões anteriores, os professores afirmam essa posição histórico-cultural da importância do outro no momento da aprendizagem.

*Quarta Questão: Não devemos ter por objetivo uma educação inclusiva. O objetivo da escola é o de ensinar e proporcionar aprendizado real e de qualidade. É papel da sociedade incluir as pessoas com necessidades especiais e não apenas da escola, por isso o conceito de **educação inclusiva** é muito restrito.*

Para finalizar, a última questão, que trabalha com o conceito de que a sociedade deveria ser responsável pela inclusão e não apenas a educação, possui 3 “concordo” e 7 “não concordo”. Das respostas, 7 professores tomam uma postura de que a escola é transformadora e, portanto, é sim preciso pensar em educação inclusiva, pois só assim a sociedade poderá se transformar em educação inclusiva. Para alguns professores “As crianças sem necessidade especiais aprendem essa inclusão desde a mais tenra idade, portanto, em formação de seus valores, que levará para a vida toda.” A escola possui assim o objetivo de “(...) alavancar essa discussão no nosso contexto que é essencialmente excludente.” FREIRE (2009), explica a necessidade do professor ter a consciência,

cada vez mais, de que sua prática não pode ser neutra, que deve ser professor a favor de algo ou de alguém, “a favor da luta constante contra qualquer forma de discriminação, contra a dominação econômica dos indivíduos e das classes sociais.”

Já dos relatos dos professores que concordaram com a afirmativa, um dos comentários é de que “Na verdade falamos em ed. Inclusiva em razão da dimensão da exclusão presente na sociedade.” Portanto, a educação inclusiva é vista como o adequado para a sociedade, mas não a responsável pela transformação da mesma. Alguns, porém, afirmam a importância e influência da escola na sociedade.

“Penso que a sociedade deve ser inclusiva, pois todos fazemos parte dela. A escola é uma das instituições que compõe a nossa sociedade e foi criada com os seus objetivos e como tal também deve ser inclusiva. A inclusão não deve ser apenas na escola, mas isso não diz que ela também não deva ser inclusiva. Penso que é importante lutarmos pela inclusão em todos os espaços, inclusive na educação, especialmente quando pensamos que estamos vivendo em uma sociedade que tem a exclusão como uma das suas principais características.”

De todas as respostas, foi perceptível que cada professor segue sua área de conhecimento para responder. O professor que comenta concordar com a primeira afirmação por ser o que está disposto na lei é professor do PAD. Assim como os professores que colocam a importância do outro no processo de aprendizagem e desenvolvimento, são professores do departamento de TEF. A maioria dos professores do MTC só assinalaram a opção do questionário, sem justificar suas respostas.

CAPÍTULO V

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto ao longo do trabalho, podemos fazer reflexões e considerações finais.

A partir das respostas dos questionários dos professores e alunos, percebemos que todos concordam que a educação especial deve estar centrada na aprendizagem e na socialização das pessoas com deficiência. Não é possível observar apenas um dos dois fatores. A aprendizagem é direito, expresso em lei, para todas as pessoas e a socialização colabora com esse aprendizado.

Dessa forma, a maioria dos respondentes possui concepções inclusiva, centradas em grande parte na teoria histórico-cultural. Alguns, porém, acreditam que a escola regular inclusiva não é o único espaço para o aprendizado das crianças com necessidades especiais.

Não podemos, portanto, tolher o direito desse aprendizado que permite bom desenvolvimento. Por isso, a escola precisa se preocupar com a inclusão, para que esse aprendizado aconteça, permitindo o melhor desenvolvimento para cada criança.

Também é importante analisar e avaliar o trabalho das equipes de apoio nas escolas. É possível fazer uma reflexão de que talvez a inserção das EEAA estejam centradas mais em uma educação integradora do que inclusiva. Não que o apoio dado pela equipe ao professor não seja importante, mas esse não deve estar centrado no aluno e em atividades extracurriculares com ele, mas sim em analisar as práticas pedagógicas adequadas para inserir a todos.

O que não pode acontecer é acharmos que a socialização apenas é suficiente para as crianças com necessidades especiais. Observamos que essa também é a concepção de todos os respondentes, pois apesar de muitos terem respondido a categoria b positivamente, na categoria c também respondem positivamente. É preciso sim pensar na socialização, mas é importante darmos as devidas atenções para todos os educandos, permitindo também o aprendizado do conhecimento sistematizado, para que seja possível uma formação profissional e inserção no mercado de trabalho e no meio social.

Como vimos em um comentário de um dos estudantes, que pôde perceber de perto a realidade de crianças com deficiência no ambiente escolar, uma escola inclusiva precisa impulsionar o aprendizado do aluno, para que ele não seja incluído no que chamamos de fracasso escolar.

Podemos perceber também pelo comentário do estudante, a importância de se possibilitar esse tipo de aprendizagem e conhecimento para os estudantes e futuros professores. Como vimos, o currículo de Pedagogia, possui apenas duas matérias obrigatórias sobre educação especial/inclusiva

e nenhuma delas possibilita alguma prática nessa área, já que isso está planejado nas outras disciplinas optativas que o aluno poderá escolher frequentar, e grande parte dos cursos de licenciatura não possuem nenhuma matéria obrigatória nessa área. Não podemos pensar que se deve haver uma especialização nessa área, fazendo com que os estudantes procurem matérias optativas, pois com o processo de inclusão crescendo da forma que vimos pelo CENSO, todos os professores poderão se deparar em algum momento de sua vida profissional com alunos especiais.

A preparação dos profissionais também foi algo muito comentado nas explicações dos questionários, tanto dos professores quanto dos alunos. Também é visto, em diversos documentos legais analisados, como Salamanca e Política Nacional na Perspectiva da Educação Inclusiva. Por isso, uma questão que deve ser apontada é de que todo professor, sendo de ensino especial ou não, precisa de formação adequada, para melhor trabalhar com os educandos e poder ensiná-los e fazer as adaptações necessárias para um aprendizado de qualidade. Por isso é importante também que haja uma formação na área da educação especial/inclusiva.

Em diversos comentários, também vimos a importância da legislação para a formação de concepções. Em muitos comentários a legislação se torna ponto inicial para as justificativas dos respondentes. Com isso percebemos a necessidade da iniciativa política no processo de revisão de concepções sobre a inclusão. Isso também é visível ao reparar na história da educação especial no Brasil e interpretar que em grande parte o olhar só foi voltado para as pessoas com necessidades especiais depois de estar expresso na legislação.

Em relação a categoria d, apesar de não podermos analisar da maneira desejada no início do trabalho, podemos perceber que a escola é vista como espaço de transformação social. Para muitos, a escola é transformadora, e é papel dela colaborar na criação de valores para a convivência em sociedade. A escola inclusiva, se torna assim uma formadora de cidadãos com valores inclusivos e de respeito para com os outros, incluindo as pessoas com deficiência.

Pelo o que observei durante a graduação, as escolas especiais ainda existem e nas escolas regulares ainda não há professores capacitados e nem condições físicas, didáticas e metodológicas para receber tais crianças.

Talvez parte disso se deve ao fator de que essa nova dinâmica requer mais trabalho e preparação, já que a escola, que sempre possuiu uma característica e desejo de homogeneidade estará cada dia mais se tornando heterogênea, comprometendo assim os processos tradicionais de compreender e fazer, de ensinar e aprender.

É válido lembrar que esse processo de relação entre concepções e práticas seja talvez nosso

maior desafio, pois, para que haja uma educação inclusiva verdadeira é necessário que haja alinhamento entre os dois.

“O que se pretende não é chegar a um consenso, mas a uma discussão das proposições trazidas por cada realidade para que a teoria esteja a serviço da prática, assim como a prática, na sua riqueza, esteja a serviço das pesquisas, essa consonância certamente pode contribuir assertivamente para uma proposta de inclusão que atenda suas reais demandas.” (SANTOS, 2012 pp. 30)

Os documentos legais são sim os responsáveis por organizar os direitos das pessoas com deficiência, principalmente à educação, porém não são eles que irão garantir a realização desses direitos. Para a inclusão ser efetiva, é necessário que a concepção de todos os envolvidos no processo educativo esteja articuladas no apoio à inclusão. A inclusão não irá acontecer se os responsáveis pelo ensino e pela escola não se disponibilizarem para tanto. Ao fechar a porta de sua sala, o professor determina o que vai ensinar e como vai ensinar, assim como ao fechar os portões da escola é a comunidade escolar que vai agir e transformar o seu ambiente em inclusivo ou não.

PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS

O leque de possibilidades que a formação superior nos abre é grande e com toda certeza não é fácil escolher o caminho a se tomar. Inicialmente penso em passar em um concurso público, pois agora não posso mais depender de meus pais, já que já sou formada. Um dos concursos que pretendo ter como meta é o da SEEDF. Futuramente, conseguir um emprego que dê maior retorno financeiro, fazer um mestrado e refletir da possibilidade de um doutorado. Se for possível, ainda pretendo abrir um negócio com minha família de brinquedos educativos. Já pensei em voltar para a Escola de Música para fazer aulas de violino, mas por enquanto o principal é conseguir emprego.

Como disse, são muitas as possibilidades e todas devem ser calmamente analisadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEYER, H.O. **Inclusão e avaliação na escola de alunos com necessidades educacionais especiais.**

3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
Acesso em: 14 de novembro de 2012.

_____. **Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001.** Convenção da Organização dos Estados Americanos. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/guatemala.pdf> . Acesso em: 25 mai 2012.

_____. **Decreto nº 7.611,** de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm

_____. **Decreto nº 7.690,** de 2 de março de 2012. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Educação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7690.htm Acesso em: 14 de novembro de 2012.

_____. **Lei Nº 7.853,** de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7853.htm Acesso em: 14 de novembro de 2012.

_____. **Lei nº 10.172,** de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. (PNE 2001 – 2010). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm Acesso em: 01 de fevereiro de 2013.

_____. Ministério da Educação e Cultura - MEC. **Declaração Internacional de Montreal sobre Inclusão.** Brasília: MEC, 2001. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_inclu.pdf . Acesso em 25 de maio de 2012.

_____. _____. **Declaração de Salamanca:** sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Brasília: MEC. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> . Acesso em: 25 mai 2012.

- ____. _____. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva.** Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf> Acesso em: 20 nov 2012
- ____. Ministério da Educação e do Desporto **Lei de diretrizes e bases da educação nacional.** Brasília, DF: MEC, 1996.
- ____. **Projeto de Lei 8035.** Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020, e dá outras providências. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=831421&filename=PL+8035/2010 Acesso em: 20 nov 2012.
- DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação Orientação Pedagógica. **Serviço especializado de apoio à aprendizagem.** Brasília: 2010.
- GARCIA, R.M.C. A educação dos sujeitos considerados portadores de deficiência: contribuições vygotskianas. **Ponto de vista.** v. 1. n. 1 jul/dez de 2009.
- GÓES, M.C.R.; LAPLANE, A.L.F (org.) **Políticas e práticas de educação inclusiva.** Campinas, SP: Autores Associados LTDA., 2004. 172 p.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. **Censo escolar da educação básica 2011,** resumo técnico. Brasília: 2012. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2011.pdf Acesso em: 14 de novembro de 2012.
- MADEIRA-COELHO, C. M. **Aprendizagem e Desenvolvimento de Pessoas com Deficiência,** Em Orrú, Sílvia Ester, *Estudantes com Necessidades Especiais: singularidades e desafios na prática pedagógica inclusiva,* Rio de Janeiro, RJ: Wak Ed., 2012
- MARQUENIZE, M.C.; ALMEIDA, M.A.; TANAKA, E.D.O. (org.) **Capacitação de professores e profissionais para educação especial e suas concepções sobre inclusão.** Londrina: EDUEL, 2003. 132 p.
- MAZZOTTA, M.J.S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas.** São Paulo: Cortez, 1996.
- MINTO, C.A. Educação especial: da LDB aos planos nacionais de educação – do MEC e proposta da sociedade brasileira. **Revista Brasileira de Educação Especial** v.6, n.1, 2000.
- OLIVEIRA, M.K. **Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento, um processo sócio-histórico.** São Paulo: Scipione, 1993

PENA, Gil. **Aprender é construir caminhos**. Disponível em:

<http://www.planetaeducacao.com.br/portal/impresao.asp?artigo=1441> Acesso em: 15 jan 2013.

SÁNCHEZ, P.A. A Educação inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI. **Revista de Educação Especial**. out 2005.

SANT'ANA, I.M. Educação inclusiva: concepções de professores e diretores. **Revista Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 10, n. 2, p. 227–234, mai/ago 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722005000200009&lng=pt&nrm=iso Acesso em: 20 nov 2012

SANTOS, M.C. Configuração de sentido subjetivo de inclusão escolar constituído por professores de uma escola pública do distrito federal. Tese de doutorado Universidade Católica de Brasília. Brasília, 2012.

SASSAKI, R.K. Inclusão: o paradigma do século 21. **Inclusão**, Brasília, v.1, n.1, p. 19-23, out. 2005.

SOCIEDADE PESTALOZZI DO BRASIL. Disponível em: <http://sociedadepestalozzidobrasil.blogspot.com.br/> Acesso em: 08 fev 2013.

TEIXEIRA, J.; NUNES, L. **Avaliação inclusiva A diversidade reconhecida e valorizada**. Rio de Janeiro: Editora Wak, 2010.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre educação para todos, satisfação das necessidades básicas de aprendizagem**. Brasília: 1998. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf> Acesso em: 20 nov 2012.

VIGOTSKI, L.S. **Obras escogidas : problemas teóricos y metodológicos de la psicologia**. 2 ed. Madrid: Visor Distribuciones, 1997. 496 p.

APÊNDICES

Apêndice 1 – Experiência de Pesquisa – Questionário Alunos



UnB/ FE/ TEF

Olá colega. Estou fazendo uma pesquisa com estudantes das matérias Educando com Necessidade Educacional Especial e Aprendizagem e Desenvolvimento do Portador de Necessidade Educacional Especial, cujo título provisório é: Concepções dos estudantes de Pedagogia sobre a educação inclusiva, sob orientação da Prof. Cristina Madeira Coelho. Esse questionário faz parte de meu trabalho final de curso e tem como tema central a inclusão de crianças com deficiência na rede regular de ensino. Peço sua colaboração e desde já agradeço.

Atenciosamente, Maristela de Freitas Sartori

1) Que disciplina está cursando este semestre?

O Educando com Necessidades Educacionais Especiais.

Aprendizagem e Desenvolvimento do Portador de Necessidade Educacional Especial.

2) Leia as frases abaixo, assinale a opção que mais lhe pareça adequada e explique o porquê de sua escolha.

a) A escola deve ter por objetivo o aprendizado do educando. Por isso, as crianças com necessidades educacionais especiais que não se adequem no ensino regular não precisam frequentá-lo, pois podem ter esse objetivo atingido através da educação especial.

concordo não concordo

b) Quando falamos em educação inclusiva, precisamos ter em mente que seu maior objetivo está em proporcionar um espaço de socialização para as crianças com deficiência.

concordo não concordo

c) A educação inclusiva não pode ser reducionista a ponto de achar que seu objetivo está apenas em proporcionar um ambiente de socialização ou de aprendizagem. Seu objetivo deve estar em juntar as duas questões, proporcionando um ambiente de aprendizagem e socialização para todos.

concordo não concordo

d) Não devemos ter por objetivo uma educação inclusiva. O objetivo da escola é o de ensinar e proporcionar aprendizado real e de qualidade. É papel da sociedade incluir as pessoas com necessidades especiais e não apenas da escola, por isso o conceito de **educação** inclusiva é muito restrito.

concordo não concordo

Apêndice 2 – Experiência de pesquisa – Questionário Professores



UnB/ FE/ TEF

Olá professor. Estou fazendo uma pesquisa com todos os seus colegas na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, cujo título provisório é: Concepções dos professores da Faculdade de Educação sobre a educação inclusiva à luz da Legislação Brasileira, sob orientação da Prof. Cristina Madeira Coelho. Esse questionário faz parte de meu trabalho final de curso e tem como tema central a inclusão de crianças com deficiência na rede regular de ensino. Peço sua colaboração e desde já agradeço.

Respeitosamente, Maristela de Freitas Sartori

2. Qual seu departamento na FE? ()MTC ()TEF ()PAD

3. Leia as frases abaixo, assinale a opção que mais lhe pareça adequada e explique o porquê de sua escolha.

a) A escola deve ter por objetivo o aprendizado do educando. Por isso, as crianças com necessidades educacionais especiais que não se adequem no ensino regular não precisam frequentá-lo, pois podem ter esse objetivo atingido através da educação especial.

() Concordo () Não concordo

b) Quando falamos em educação inclusiva, precisamos ter em mente que seu maior objetivo está em proporcionar um espaço de socialização para as crianças com deficiência.

Concordo Não concordo

c) A educação inclusiva não pode ser reducionista a ponto de achar que seu objetivo está apenas em proporcionar um ambiente de socialização ou de aprendizagem. Seu objetivo deve estar em juntar as duas questões, proporcionando um ambiente de aprendizagem e socialização para todos.

Concordo Não concordo

d) Não devemos ter por objetivo uma educação inclusiva. O objetivo da escola é o de ensinar e proporcionar aprendizado real e de qualidade. É papel da sociedade incluir as pessoas com necessidades especiais e não apenas da escola, por isso o conceito de **educação** inclusiva é muito restrito.

Concordo Não concordo

Anexos

Anexo 1 - Quadro – Principais diferenças inclusão e integração

Principais diferenças	
Inclusão	Integração
Inserção total e incondicional (crianças com deficiência não precisam “se preparar” para ir à escola regular).	Inserção parcial e condicional (crianças “se preparam” em escolar ou classes especiais para estar em escolar ou classes regulares).
Exige rupturas nos sistemas.	Pede concessões aos sistemas.
Mudanças que beneficiam toda e qualquer pessoa (não se sabe quem “ganha” mais; TODAS ganham).	Mudanças visando prioritariamente a pessoas com deficiência (consolida a ideia de que elas “ganham” mais).
Exige transformações profundas.	Contenta-se com transformações superficiais.
Sociedade se adapta para atender às necessidades das pessoas com deficiência e, com isso, se torna mais atenta às necessidades de TODOS.	Pessoas com deficiência se adaptam às necessidades dos modelos que já existem na sociedade, que faz apenas ajustes.
Defende o direito de TODAS as pessoas, com e sem deficiência.	Defende o direito de pessoas com deficiência.
Traz para dentro dos sistemas os grupos de “excluídos” e, paralelamente, transforma esses sistemas para que se torne de qualidade para TODOS.	Inserem nos sistemas os grupos de “excluídos que provarem estar aptos” (sob este aspecto, as cotas podem ser questionadas como promotoras da inclusão).
O adjetivo inclusivo é usado quando se busca qualidade para TODAS as pessoas com e sem deficiência (escola inclusiva, trabalho inclusivo, lazer inclusivo etc.).	O adjetivo integrador é usado quando se busca qualidade nas estruturas que atendem apenas as pessoas com deficiência consideradas aptas (escola integradora, empresa integradora etc.).
Valoriza a individualidade de pessoas com deficiência (pessoas com deficiência podem ou não ser bons funcionários; podem ou não ser carinhosos etc.).	Como reflexo de um pensamento integrador podemos citar a tendência a tratar pessoas com deficiência como um bloco homogêneo (exemplos: surdos se concentram melhor, cegos são excelentes massagistas).
Não quer disfarçar as limitações, porque elas são reais.	Tende a disfarçar as limitações para aumentar a possibilidade de inserção.
Não se caracteriza apenas pela presença de pessoas com e sem deficiência em um mesmo ambiente.	A presença de pessoas com e sem deficiência no mesmo ambiente tende a ser suficiente para o uso do adjetivo integrador.

Fonte: Werneck (2002, p.17)

Anexo 2 – Ementa da disciplina de “Educando com Necessidades Educacionais Especiais”

Ementa:

Análise das perspectivas da educação especial e inclusiva face ao contexto histórico, sócio político, cultural e educacional atual. O conceito de necessidades educacionais especiais. As premissas educacionais, programas e sistemas de apoio para as pessoas com necessidades especiais. A formação do profissional da educação e seu papel frente à diversidade.

Justificativa da disciplina:

A Constituição Brasileira assegura a igualdade de condições e oportunidades para acesso e permanência de TODOS na escola, sem qualquer tipo de discriminação. Entretanto, para muitos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, esta ainda não é uma realidade em suas vidas. Entre os vários fatores identificados, que contribuem para essa situação, estão a precária formação dos professores, a inadequação da escola e de seus projetos pedagógicos para atender à diversidade de alunos, no que pese os vários dispositivos nos quais se registram a perspectiva da Educação Inclusiva como meta e exigência legal. Esta disciplina se justifica pela pertinência em problematizar as diferentes versões construídas acerca da educação inclusiva e especialmente pela possibilidade de ratificarmos, junto aos alunos, uma ética inclusiva.

Objetivos:

Geral: Compreender e contextualizar a educação especial e suas implicações na construção do paradigma da inclusão na sociedade atual

Específicos: Compreender a significação da educação inclusiva e suas implicações na formação do professor e no seu trabalho pedagógico/educacional; Refletir sobre a diversidade de sujeitos e as necessidades educacionais especiais com vistas à compreensão de suas manifestações no desenvolvimento e no processo de aprendizagem.

Conteúdo Programático:

Unidade 1- Educação Especial

- A educação especial contextualizada na educação geral; suas interrelações para educação das pessoas com necessidades especiais.
- Educação especial no Brasil: políticas públicas e organização. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva Inclusiva. Diferença entre Integração e Inclusão
- Bases legais, princípios e conceitos fundamentais da educação inclusiva. Conceito de Deficiência, humanização, e prevenção da deficiência. Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

Unidade 2 - Educação Inclusiva

- A sociedade e as necessidades especiais: discriminação, estigma, exclusão e inclusão social e educacional.
- Significação atual dos conceitos de necessidades especiais, diversidade, diferença, deficiência, alteridade e preconceito.
- Perspectivas das redes de apoio da educação inclusiva: família, escola e comunidade.

Unidade 3 – Necessidades Educacionais Especiais e a prática pedagógica

- Conceito de Necessidades Educacionais Especiais (deficiências; transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades)
- Os alunos com necessidades educacionais especiais.
- Práticas pedagógicas, programas e serviços educacionais na escola inclusiva.
- Características básicas e competências do professor para educação inclusiva.
- Recursos didáticos e/ou singularidades e formação docente
- Atendimento Educacional Especializado – AEE
- Redes de Apoio
- As tecnologias Assistivas como meio de acessibilidade.

Metodologia:

Aulas expositivas; leitura e análise de artigos; debates; produção escrita; atividades individuais e em grupo; seminários; apresentação de vídeos e filmes.

(Retirado do site:
http://www.fe.unb.br/educaesp/index.php?option=com_content&view=article&id=115&Itemid=86#educandofatima às 02h34 do dia 08 de fevereiro de 2013)

Anexo 3 – Ementa da disciplina “Aprendizagem e Desenvolvimento do Portador de Necessidades Educacionais Especiais”

Ementa:

Estudo das características do desenvolvimento e aprendizagem das pessoas com necessidades educacionais especiais, visando propostas educacionais.

Objetivos:

- a) Conhecer as diferentes perspectivas históricas da aprendizagem e do desenvolvimento das pessoas com necessidades educacionais especiais, possibilitando uma análise crítica do contexto sócio-educacional;
- b) Compreender o processo de desenvolvimento das pessoas com necessidades educacionais especiais, como forma específica do desenvolvimento humano;
- c) Compreensão dos principais fatores que interferem na aprendizagem das pessoas com necessidades educacionais especiais.

Conteúdo Programático:

Unidade 1 - Contextualização histórica do desenvolvimento das pessoas com necessidades educacionais especiais (PNEEs).

- Implicações das principais abordagens de enfoque sobre o desenvolvimento e a aprendizagem das pessoas com NEEs.
- Implicações sobre desenvolvimento e aprendizagem do aluno com necessidades educacionais especiais: inatismo, ambientalismo e interacionismo. (texto 1)
- Abordagem Comportamental: uma forte tendência no trabalho junto ao aluno com NEEs.
- A deficiência intelectual na perspectiva das abordagens construtivista e histórico-cultural. (texto 2)
- A abordagem histórico-cultural e suas contribuições para a educação especial/inclusiva. (texto 3)

Unidade 2 - Desenvolvimento das pessoas com necessidades educacionais especiais

- Importância da família e da escola como contextos sociais para o desenvolvimento do aluno com NNEs. (texto 4)
- Importância da formação acadêmica das PNEEs para sua integração no trabalho de trabalho. (texto 5)
- Atividades práticas e diárias de vida independente para a construção da autonomia da PNEEs.

Unidade 3 - Os processos de aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais.

- Fatores que interferem na aprendizagem. (texto 6)
- Removendo barreiras para a aprendizagem.
- Atendimento Educacional Especializado: o que é e como fazer? (texto 7)
- Formação de professores para uma educação inclusiva.
- Recepção do aluno com NEEs no ambiente escolar:

- Adaptações arquitetônicas.
- Biblioteca escolar ou sala de leitura.
- Parques infantis acessíveis a todas as crianças.
- Mobiliário escolar para todos.

(Retirado do site:

http://www.fe.unb.br/educaesp/index.php?option=com_content&view=article&id=105&Itemid=85#aprendizagem às 02h35 do dia 08 de fevereiro de 2013)